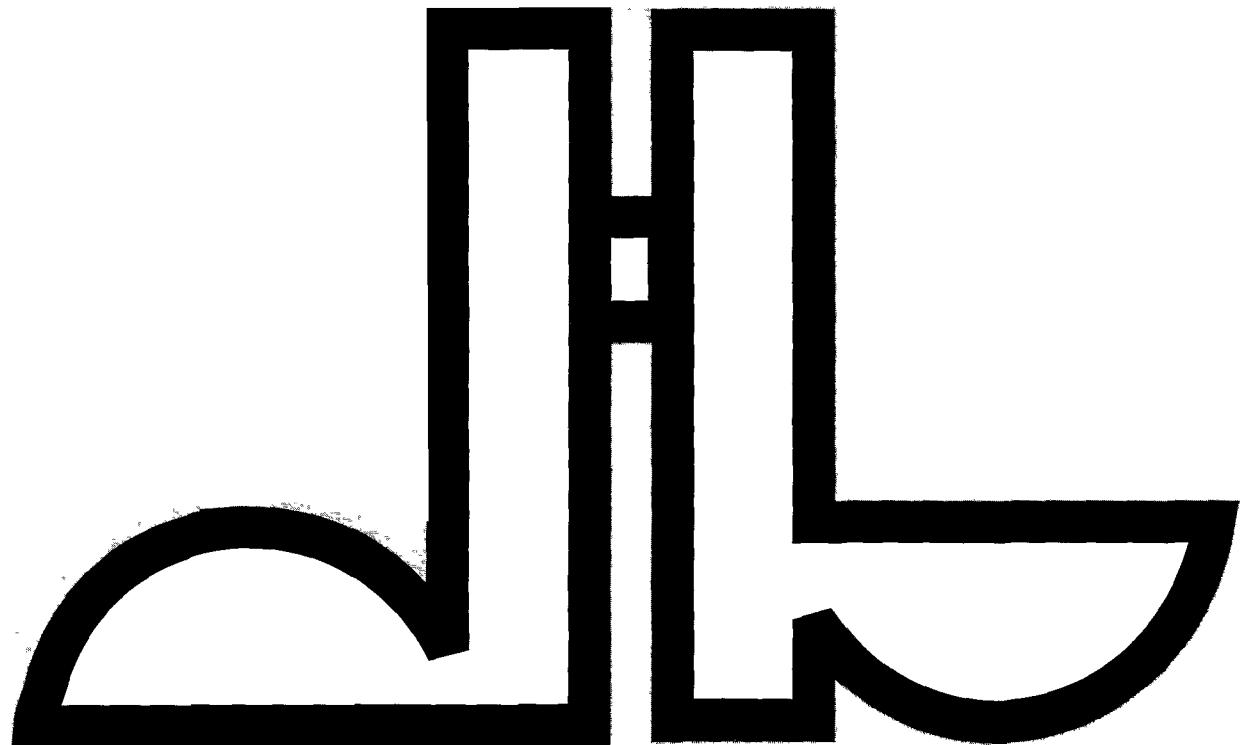




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 2ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE) EM 10 DE MARÇO DE 1999			
1.1 – ABERTURA		Deputada Jandira Feghali.....	02018
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO		Senadora Maria do Carmo Alves.....	02020
Destinada a homenagear o Dia Internacional da Mulher.....	02013	Deputada Elcione Barbalho	02022
1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Antonio Carlos Magalhães)		Senadora Marluce Pinto	02024
1.2.2 – Oradores		Deputada Maria Abadia	02025
Senadora Heloisa Helena.....	02014	Senadora Luzia Toledo.....	02026
Deputada Marisa Serrano.....	02015	Senador Ney Suassuna.....	02028
1.2.3. – Homenagem à memória da Deputada Ceci Cunha (observância de um minuto de silêncio)		Deputado Ivan Paixão.....	02031
1.2.4 – Oradores (continuação)		Deputada Iara Bernardi.....	02032
Senadora Emilia Fernandes	02016	Senadora Marina Silva.....	02035
		Deputada Luiza Erundina	02037
		Fala associativa da Presidência (Senadora Marluce Pinto).....	02042
		1.3 – ENCERRAMENTO	

Ata da 2ª Sessão Conjunta (solene) em 10 de março de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Antonio Carlos Magalhães e das Sras Marluce Pinto, Lídia Quinan e Maria Abadia

(Inicia-se a sessão às 10h)

Compõem a Mesa: à direita do Presidente Antonio Carlos Magalhães; a Senadora Marluce Pinto; a Ministra Cláudia Costin e a Deputada Jandira Feghali; à sua esquerda: a Senadora Emilia Fernandes; a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Srª Rosiska Darci de Oliveira e a Deputada Luiza Erundina).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Declaro aberta esta sessão solene do Congresso Nacional que, em atendimento a requerimento da nobre Senadora Emilia Fernandes, destina-se a homenagear o Dia Internacional da Mulher.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Quero falar a quantos aqui se encontram, Parlamentares ou não, sobre a satisfação do Congresso Nacional em homenagear, em particular, a mulher brasileira, neste dia.

Todos nós sabemos da participação cada vez mais ativa das mulheres na vida pública nacional. Todos nós sabemos o quanto é importante para todos os Parlamentares a presença das mulheres nas suas vidas e também na vida do Congresso Nacional. Neste instante, queremos homenagear as mulheres brasileiras em sua luta diária em favor da família e dos interesses do País.

Na Casa da Federação, que é o Senado Federal, ou na Casa dos representantes do povo, que é a

Câmara dos Deputados, somos particularmente gratos às mulheres e queremos salientar que, cada vez mais, o Parlamento se afirma principalmente por causa da presença das mulheres.

Nós, do Congresso Nacional, fizemos questão de aceitar e de realizar esta homenagem para testemunhar, mais uma vez, o apreço de todos os brasileiros pelo trabalho das mulheres do Brasil, que queremos seja cada vez maior.

O que posso dizer neste instante é que, hoje, nesta Casa, poderemos, por meio dos representantes do povo e das entidades que aqui se fazem presentes, abraçar, com muito carinho, todas as mulheres do Brasil. É isso que estamos fazendo nesta sessão, que tem o significado de um abraço fraterno do Brasil inteiro, de homens e de mulheres, para realizar algo que é mais do que justo: uma homenagem à mulher do Brasil no Dia Internacional da Mulher.

Hoje, a mulher brasileira tem um papel preponderante na sociedade, o qual é cada vez mais crescente. A legislação deve aprimorar-se nesse sentido. Mas, mesmo sem a legislação, a mulher já exerce a sua participação pela sua coragem e fibra e pelo seu interesse em servir. Ajudando seus maridos ou o povo brasileiro, como o fazem no Congresso Nacional, elas ocupam, evidentemente, um lugar muito importante no Brasil de hoje.

Hoje estou feliz porque estou presidindo esta sessão. E mais feliz ainda de ver este Plenário, o mais representativo de todos, com as mulheres da sociedade brasileira de todos os setores, independente de ideologias, independente de riqueza ou de pobreza; o importante é a presença da mulher.

Queremos afirmar neste instante que o Congresso brasileiro participará das atividades de todas as mulheres por um lugar mais forte ainda, seja no Parlamento, seja na sociedade. Porque sabemos que fazendo isso, estamos ajudando também para que haja o crescimento homogêneo do Brasil. Fora daí não seria homogêneo.

Quero, portanto, em nome do Congresso, abraçar todas as mulheres do Brasil, as que aqui se encontram representando o povo brasileiro, e dizer a todas elas que nós, no Congresso, estamos atentos aos interesses da mulher no mundo inteiro, em particular na nossa terra, porque aqui estamos sentindo a cada dia a sua presença e o seu valor.

Congratulo-me, mais uma vez, com todas as mulheres que aqui se encontram, que cada uma leve para os seus Estados o abraço do Congresso Nacional, abraço fraterno, abraço de irmãos que se enten-

dem cada vez mais e que tornam a família brasileira mais forte, justamente pela presença da mulher. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Para prestar uma homenagem a uma grande mulher, vítima da brutalidade e da inconsciência de alguns que não sabem nem sequer representar o povo brasileiro e que não são dignos inclusive de participar dos nossos trabalhos nas duas Casas do Congresso, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, para prestar homenagem à nossa colega, que mesmo desaparecida está viva nos nossos corações, Ceci Cunha.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs Senadoras, Srs Deputadas, Srs. Parlamentares, representantes das mais diversas entidades não-governamentais e governamentais, servidoras públicas desta Casa, sinto-me profundamente emocionada com a indicação feita pela Bancada feminina desta Casa para que eu prestasse uma homenagem à nossa querida Deputada Federal Ceci Cunha.

Sei que, prestando essa homenagem, represento especialmente as mulheres e homens de bem e de paz da nossa querida Alagoas; represento todos os alagoanos que, mesmo sendo vítimas de gigantescas tragédias pessoais, não se curvam, não se dobram diante da estrutura covarde do crime organizado e que lutam incessantemente por um mundo de paz, justiça e solidariedade.

Conhecia Ceci há muito tempo, muito antes das nossas escolhas pessoais e ideológicas no campo da política. Eu, como enfermeira e professora da universidade, e ela, ccmo médica extremamente atuante na cidade de Arapiraca. Lutávamos juntas pelas velhas, conhecidas e, infelizmente, atuais bandeiras em defesa dos serviços de saúde públicos, democráticos e de qualidade. Enfrentávamos com muita firmeza o tráfico de AIHs e a mercantilização do setor saúde.

Fizemos opções políticas completamente diferentes: eu no PT, ela no PFL, depois no PSDB. Nunca marchamos juntas numa campanha eleitoral, mas, quando nos encontrávamos, éramos apenas as velhas companheiras que conversavam sem parar, que se angustiavam diante das gigantescas adversidades da nossa Alagoas e que simplesmente compartilhavam essa maravilhosa experiência que é ser mulher.

No dia 16 de dezembro, dia da nossa diplomação, brincávamos todos juntos. Nenhum de nós po-

deria imaginar que, minutos após, Alagoas pudesse vivenciar mais uma tragédia resultante do crime organizado.

Brincamos juntas, trocamos flores. Eu havia ganho umas margaridas, que dividimos. Minutos depois, recebi um telefonema por intermédio do qual tomei conhecimento da chacina de que tinha sido vítima Ceci, o seu esposo, outra mulher, a dona Ítala, e o seu filho. Não consegui acreditar. Quando cheguei ao local, por maior que fosse minha indignação, só consegui observar que ela, sentada, tinha ao colo as margaridas que tinha recebido na diplomação. A imagem dela era quase que tranqüila. Lembrei-me do seu sorriso e da frase que repetiu dezenas de vezes em seu discurso de diplomação: "Sou uma mulher feliz!"

Ceci foi assassinada com muita facilidade porque não era uma protegida do monstruoso esquema de mistérios sujos, fomentados pela maldita, maldita imunidade parlamentar e pela promiscuidade entre o poder político, o poder econômico e a covardia do crime organizado. Não fazia parte desse grupelho. Era simplesmente uma mulher que tinha fé na vida, a doce e audaciosa fé na vida.

Homenageando Ceci, homenageamos todas as mulheres brasileiras, massacradas no cotidiano doméstico ou massacradas desbravando caminhos no mundo; homenageando Ceci, homenageamos todas as mulheres que sabem com clareza que os únicos que precisam da arrogância, da truculência, do grito ou da bala são os medófoces homenzinhos de alma pequena, incapazes de amar, de serem amados, os que jamais serão respeitados verdadeiramente.

A maior homenagem a Ceci não é feita por mim nem pela corajosa Bancada de mulheres do Congresso, nem pelo povo digno e forte de Alagoas ou da sua terra natal, Feira Grande, ou da sua terra política, Arapiraca. A maior homenagem a ela é a resistência de milhares de mulheres espalhadas por este Brasil, sem terra, sem teto, negras, brancas, indias, pobres, servidoras públicas, mulheres que, apesar de todas as adversidades, não perdem a fé na vida e conseguem se dizer felizes porque conseguem trazer no peito coragem e esperança. Portanto, homenageamos todas essas mulheres, porque Ceci não está ausente. Ela pode estar ausente fisicamente; sua ausência pode ser representada pela cadeira vazia ou pelas flores brancas, mas Ceci está presente no coração, na razão e na luta de milhares de mulheres que, apesar de todas as adversidades, com coragem, com alegria, com ternura e com muita

luta vivem essa maravilhosa experiência que é ser mulher.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra à nobre Deputada Marisa Serrano, que falará pela Câmara dos Deputados.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs Deputadas e representantes de organismos nacionais e internacionais presentes, certamente haverá um dia em que não mais se fará necessário um dia especial para simbolizar a independência da mulher. E sabem por quê? Porque as disputas e as conspirações para que essa luta resultassem em fracasso vão desaparecer para sempre.

Enquanto esse dia não vem, homenageamos, no Dia Internacional da Mulher, uma companheira nossa, uma mulher de fibra e de luta que há pouco nos deixou. A história de Ceci Cunha fala de amizade, de criatividade, de competência, de uma ligação quase umbilical entre o meio e o ser. Fala-nos da vida, de seus sucessos e também de seus desastres. Como numa peça de teatro, acompanhamos o seu desenrolar, e, como numa tragédia grega, o seu final.

E agora nos perguntamos: como aconteceu? O que poderia ter sido evitado? Morta aos 57 anos, Ceci foi vítima de uma ação rápida, feita por mãos humanas, que não deram tempo ao pensamento, porque se tivessem dado tempo teriam visto a capacitação profissional da professora, da médica e da política, lutando incansavelmente pela melhoria de vida do seu País. Teriam visto que ela ultrapassou os limites da mulher comum e atingiu um lugar de destaque em meios essencialmente masculinos.

Espero conseguir traduzir em palavras o sentimento e a emoção das Deputadas Federais desta e da outra Legislatura que conviveram com a Ceci, que se solidarizaram com esta saudade, que se revoltaram com tanta violência!

Lembramos de Ceci falando, articulando, brigando na Comissão de Seguridade Social, incansável na defesa, principalmente, da saúde do povo brasileiro; lebramos de Ceci na Comissão de Orçamento, lutando bravamente por seu Estado, varando madrugadas; lebramos de Ceci lutando nesta Casa pelos direitos da mulher, em defesa da sua cidadania. Mas lebramos também da Ceci que achava tempo para, às quartas-feiras, na casa da Deputada Lídia Quinan, junto com outras colegas, orar,

pedindo a Deus que nos iluminasse em nossas decisões, que nos abençoasse a cada dia.

De berço humilde, estudou com tenacidade e com sacrifício, tornando-se médica ginecologista. Clinicou na Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora de Fátima, em Arapiraca, junto com o Dr. José Fernandes, seu grande amigo. Foi companheira política e colaboradora incansável da Prefeita de Arapiraca, Célia Rocha, que conviveu conosco nesses quatro anos.

Vinha de uma família grande e unida, dos irmãos Sebastião, Cícero, Cláudio, Cleber, Roberval, Claudinete (que sobreviveu à chacina) e Cléia, sua parceira e mão amiga nesta Casa. Esposa do Juvenal, um homem simples, bondoso e companheiro, que a vida uniu e que a morte não separou.

Acompanhamos aqui a mãe sensível em sua preocupação com o vestibular da Adriana e a alegria pelo seu ingresso na faculdade de medicina; a ternura com que falava do Rodrigo; a emoção de ser avó.

Um ano antes de sua morte, em dezembro de 1997, eu estava com ela e toda a sua família comemorando o ano novo lá em Alagoas. E eu imagino, agora, o que ela desejou naquele momento, o que esperava do ano que se iniciava. A esperança, tenho certeza, estava na sua mente. Mal ela podia prever, no entanto, que naquele ano em que teve grandes vitórias também veria encerrado o seu caminhar nesta terra.

A Ceci que todos conhecemos e aprendemos a admirar devemos reverenciar pela história de luta e coragem. É um marco, em pleno ano 2000, a nos lembrar que, apesar de todos os avanços alcançados pelas mulheres, há ainda o preconceito. Não importa o quanto essa mulher estudou, trabalhou e sofreu para chegar onde chegou. Por motivos torpes, mesquinhos, infames, alguém achou que não poderia ter ido tão longe.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Parlamentares, senhores e senhoras, sob a inspiração de Ceci, estaremos vigilantes, ativas e atentas na luta contra a impunidade em todos os níveis.

A sua ausência nos motiva à procura, procura de esclarecimentos, de motivos – será que é possível que existam motivos? –, de sinalização para que a justiça se faça, sem limitações, sem contemporizações, sem hipocrisias.

Com emoção, com lágrimas, com um grito de angústia partindo do coração, lembramos a nossa Ceci e pedimos justiça!

Senhores, se há alguém ausente nesta Casa, temos a certeza de que ela está presente em nossos corações.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Convido todos os presentes a ficarem de pé para observarmos um minuto de silêncio em homenagem à Deputada Federal Ceci Cunha. (Pausa.)

Antes de passar a Presidência à Senadora Marluce Pinto – esta sessão será presidida só pelas Parlamentares mulheres, para demonstrar que todas elas estão em condições de ocupar esta e outras presidências –, conclamo todos os Parlamentares a assumir um compromisso diante da brutalidade desse crime: que nós não deixemos que ele fique impune. Esse é um compromisso que devemos assumir agora, comemorando o Dia Internacional da Mulher, mas também um dia em que deve haver justiça no Brasil, e essa justiça tem de ser feita no caso de Ceci. É o compromisso que assumo e tenho certeza de que todos os Parlamentares também o assumem neste instante. (Palmas.)

Passo a Presidência à nossa querida Colega Marluce Pinto.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Marluce Pinto.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra Marluce Pinto.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Reinic平ando os nossos trabalhos, concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, que foi uma das autoras do requerimento para a concretização desta sessão.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Congressistas, integrantes da Mesa, representantes de entidades de todo o nosso País aqui presentes, representantes do Corpo Diplomático, funcionários e funcionárias do Congresso Nacional, povo brasileiro, mulheres deste País, a passagem deste Dia Internacional da Mulher ocorre em um dos momentos de maior gravidade da história do País, exigindo uma reflexão ainda mais profunda e estratégica do nosso papel, da nossa atuação e dos nossos compromissos.

O Brasil está mergulhado em uma profunda crise econômica, resultado das mais altas taxas de juros do mundo e do atrelamento sem precedentes ao capital especulativo internacional, com sérias reper-

cussões em todos os campos da sociedade brasileira.

Hoje, em consequência da brutal recessão que atinge a economia nacional em todos os setores, o Brasil é o quarto País do mundo em número de desempregados, já chegando perto dos 20% da população economicamente ativa.

Dentre essa imensidão de brasileiros jogados na miséria, sem dúvida, estão milhões de brasileiras, de mulheres de todas as idades, do campo e da cidade, que perderam seus empregos, ou sequer conseguiram entrar no mercado de trabalho.

É uma situação de tamanha gravidade que, neste ano, é tema da Campanha da Fraternidade, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, nas palavras de seu Secretário-Geral, Dom Luciano Mendes de Almeida, questiona não apenas a redução dos postos de trabalho, mas as suas causas.

Diz Dom Luciano Mendes, em artigo publicado na **Folha de S.Paulo**, de 27 de fevereiro de 1999:

– "A Campanha da Fraternidade não aponta apenas para o fato da diminuição de trabalho, mas nos pergunta o porquê disso. Isso nos leva a uma visão crítica do sistema hoje vigente, em que a globalização atrelada ao neoliberalismo deu prioridade ao mercado e à ambição do lucro. Precisamos reconhecer que entramos por caminhos errados".

Essa realidade, que se soma a outras situações dela decorrente, como a violência, a falta de acesso à saúde ou a fome, aprofunda ainda mais a desigualdade social, impondo um esforço ainda maior na reivindicação de nossos direitos, na afirmação das nossas conquistas e na luta contra o retrocesso.

Além disso, aumentam as nossas dificuldades a ausência de políticas públicas de apoio à estrutura familiar – como creches e escolas-integrais, por exemplo –, e o preconceito cultural, que transfere às mulheres praticamente a exclusividade das tarefas domésticas e da família, cuidado das crianças, dos idosos e dos doentes.

Paralelo a isso, é crescente a violência contra as mulheres, seja dentro dos próprios lares, nos locais de trabalho ou nas ruas, que atingiu seu grau máximo de crueldade e de infâmia com o assassínio, aqui muito bem registrado, da nossa querida Deputada Federal Ceci Cunha, de Alagoas, que ainda permanece sem apuração plena e, o mais grave, sem a punição dos culpados – violências contra as

quais nos insurgimos com coragem e com a determinação de buscar a justiça, o respeito e a punição.

Também queremos lembrar uma mulher brasileira que se destaca no mundo todo, a nossa atriz Fernanda Montenegro. Nesse sentido, trago aqui, para reflexão, suas palavras em uma entrevista quando se refere à mulher:

"É interessante a mulher no Brasil. Acho que este País anda por causa das mulheres. Aliás, estou certa disso. No mundo da domesticidade, da serventia, elas são todas sozinhas. Dá tanto trabalho correr atrás de um homem para reivindicar alguma coisa, que elas acabam assumindo. É a Dora indo com o Josué atrás de um pai. O filme – Central do Brasil – nisso é precioso", conclui a atriz.

Senhoras e senhores, mais do que nunca, superar a exclusão e avançar na luta pela dignidade e pela igualdade passam pela mudança radical da mentalidade econômica e dos seus trágicos desdobramentos sociais e políticos.

A pobreza, o desemprego, a falência, o endividamento e a falta de perspectivas atinge a todos, mas se abate de forma mais aguda sobre as mulheres, os idosos e as crianças, submetidos a um processo de exclusão sem precedentes na história do País.

É diante disso que, ainda com mais vigor, nós, mulheres brasileiras, temos que levantar a nossa voz, não apenas para denunciar, mas, acima de tudo, para sugerir, para propor, para apontar novos rumos ao Brasil.

A nossa presença no cenário político, no centro das decisões fundamentais, em todos os campos, torna-se imprescindível para que o Brasil reencontre e construa novas alternativas de desenvolvimento econômico e social.

As nossas vidas, as nossas experiências, o nosso cotidiano feminino são a negação, o oposto, o contraponto às atuais regras do jogo econômico, do "mercado" que privilegia a especulação, a falta de ética, a hipocrisia e, muitas vezes, a frieza e a mentira.

Ao lado das propostas e medidas econômicas, da definição de projetos e programas e também de recursos, nós, mulheres, temos a responsabilidade maior de inserir nos debates a sensibilidade, o espírito coletivo, a fraternidade, o humanismo e o senso mais profundo de igualdade.

Por outro lado, a igualdade que defendemos passa pela ação concreta de homens e mulheres, sendo que a eqüidade, a solidariedade e a divisão de responsabilidades devem ser compromissos de todos.

É fundamental, portanto, que nós, mulheres, independentemente de cor partidária, afirmemos em alto e bom som a necessidade de se desenvolver o País, com redução das taxas de juros, com apoio à indústria nacional, à agropecuária e garantia de empregos para o nosso povo.

Senhoras e senhores, nas últimas eleições, avançamos nossa luta, ampliando a participação das mulheres na disputa de espaços de poder, embora ainda não tenhamos o mesmo equilíbrio aqui, no Congresso Nacional. Mas o resultado é que avançamos qualitativamente nossa luta, mantendo as nossas quotas de participação, ocupando espaços de debate, de aprendizado, de novas experiências que, certamente, vão capacitar cada vez mais as mulheres brasileiras para a disputa e o exercício do poder político.

Vamos, portanto, fazer deste "Dia Internacional da Mulher" um marco de continuidade da nossa luta, afirmando, de forma especial, nossa vontade de mudar, de construir uma sociedade justa e igualitária.

O Brasil pode, e seu povo merece, tornar-se um País à altura de sua grandeza, de sua potencialidade, de sua beleza, com desenvolvimento, respeito ao Pacto Federativo, soberania nacional e igualdade entre homens e mulheres.

Parabéns mulheres, pela alegria de ser mulher, pelas nossas conquistas e pela força de cada uma no enfrentamento de nossos desafios!

Parabéns aos homens, que, conscientes da nossa luta, fortalecem a democracia com sua parceria na construção da igualdade!

A sociedade que queremos, justa e solidária, avançará à medida que trabalharmos juntos.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Passamos a palavra à nobre Deputada Jandira Feghali, uma das autoras do requerimento para a concretização desta sessão.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PC do B – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Srª Presidente, Senadora Marluce Pinto, Senadora Emilia Fernandes, com quem compartilhei o requerimento desta sessão – obviamente representando o anseio e a necessidade da realização dela por parte da Bancada feminina –, Srª Rosiska de Oliveira, Presidente do

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Srª Cláudia Costin, representando a mulher no Executivo, nossa Líder do Bloco PSB – PC do B, Deputada Lívia Erundina, Senadora Marina Silva, representando aqui, particularmente, as mulheres do Norte tão sofrido deste País, e todas as nossas companheiras de todos estes anos de trabalho – muitas das quais nos antecederam aqui, e outras, mais recentes, que agora nos reforçam, gostaria de mostrar que o dia 8 de março, aqui comemorado, não começou hoje, nem com a novidade de algumas ações, mas é fruto de um trabalho acumulado de muitas companheiras que por aqui passaram no Parlamento brasileiro, às quais rendemos nossas homenagens e das quais, inclusive, herdamos muitos projetos, muitas idéias, muito heroísmo, muita coragem, trabalhando dentro do Congresso Nacional.

A história não começa conosco, começa muito antes, por isso devemos render nossas homenagens. E faço isso em nome de uma mulher que também já nos deixou e que teve um papel muito importante aqui, que foi Cristina Tavares, de Pernambuco, a quem peço a homenagem deste Plenário como representante da história da mulher neste Parlamento. (Palmas.)

Claro que, ao pensar a mulher, poderíamos aqui estar tratando de muitos temas, porque discutir a economia, discutir a saúde, discutir tudo isso é fundamental, mas também não podemos deixar de discutir o aspecto cultural das relações comportamentais, das relações dos núcleos familiares e o papel da arte, da cultura e da história deste País, na relação com os valores do mundo inteiro. Mas elegemos, na Semana da Mulher, o tema do desemprego, porque se trata de um emblema absolutamente agudo de um quadro dramático que vive este País. Podemos abordar muitos assuntos: a trágica violência contra a vida das mulheres, a violência doméstica, responsável pelo maior número de queixas nas delegacias de polícia, a violência sexual, a mortalidade materna, crescente e absolutamente inaceitável, que decorre da ausência do pré-natal, da falta de assistência no parto. Esses problemas vão crescendo na população adolescente, usuária de droga, contaminada pelo HIV bem como cresce o número de gestações nas menores de 16 anos. Tudo isso podemos discutir, mas devemos ressaltar nesse momento alguns aspectos sobre o trabalho da mulher.

Por que cresce a presença da mulher na população economicamente ativa, mas, ao mesmo tempo, cresce o seu desemprego hoje e em perspectiva? A mulher, segundo dados científicos, não vai

para o mercado de trabalho só por uma questão de reorganização familiar ou pela urbanização da população. Ela o faz porque o seu companheiro ganha mal, porque ele não existe ou porque está desempregado. A grande presença da mulher no mercado de trabalho é estimulada pela crise do próprio mercado de trabalho. E essa mulher vai, mas é a primeira que sai do seu posto, porque, nesse capitalismo de qualificação total, as máquinas substituem os homens e a política econômica dos juros altos e da quebra da produção joga para fora a mão-de-obra. E a primeira que sai é a mulher. E é essa que vai crescendo, junto com os homens, no contingente do chamado desempregado. Na tendência ao desemprego, caminham juntos, mas, em número, é maior o desemprego das mulheres. Hoje, 52% das mulheres acima de 10 anos, ou seja, das crianças, já buscam o mercado de trabalho, já são figuras presentes. O problema é que não temos política de absorção de trabalhador, e, sim, política de demissão de trabalhador. Sob esse aspecto, é muito sério e muito responsável o nosso papel no Parlamento brasileiro. Nós, aqui, precisamos sair de uma atitude passiva diante desse processo.

Eu disse no plenário esta semana que nos estamos transformando no Parlamento de um País sem comando. Daqui a pouco, vamos ter que votar projetos assinados pela Casa Branca. (Palmas) Daqui a pouco, vamos ver vitrines onde os preços não serão mais fixados em real, mas em dólar, sob o argumento antiinflacionário. Precisamos reassumir o comando político; precisamos ter um país que oriente sua política para o seu povo, para a sua possibilidade de desenvolvimento não apenas econômico, mas de valores humanos. E este Congresso não pode ficar calado. A impressão que temos, em alguns momentos, é de que estamos em recesso, porque o debate das questões centrais não estão acontecendo, a não ser quando o Executivo nos pauta para o ajuste fiscal, como ontem, quando votamos a CPMF.

Temos a responsabilidade de debater os temas e de apontar soluções, nós, mulheres, para o mundo das mulheres, para a sua possibilidade de trabalho. Como discutir hoje o mundo de trabalho das mulheres sem discutir juros, sem debater a questão macroeconômica e a proteção da mulher no trabalho? Somos diferentes, temos filhos, botamos barriga e ficamos grávidas. Precisamos da creche no local de trabalho ou onde possamos deixar os filhos; precisamos do momento do aleitamento materno no espaço do trabalho; precisamos de proteções especiais

mesmo. Tratar igualmente homens e mulheres é manter a desigualdade no mundo do trabalho. Temos que ser protegidas diferentemente, porque criamos na nossa própria estrutura física. Então, precisamos de proteção. E o que temos visto – e nisto a Bancada feminina tem sido fortíssima? Temos visto retirada de direitos, retrocessos. Hoje, quando o Governo, por intermédio do Ministério da Previdência, quebra a integralidade do salário-maternidade, dá-se a abertura de uma avenida de retirada de conquistas e de direitos de mulheres que conseguiram ultrapassar R\$1.200,00, o que não é fácil neste País. (Palmas.)

As Senadoras Emilia, Marluce Pinto, bem como todas as Parlamentares, consensualmente têm lutado contra essa medida do Governo, do PFL, do PSDB, da base do Governo ou da Oposição, porque são medidas de absoluto retrocesso. Então, estamos vivendo um momento em que muitas conquistas não saíram do papel e aquelas que saíram estão sendo retiradas da vida real. Hoje, lutar pelo emprego e contra o desemprego é discutir macroeconomicamente, mas é também discutir a proteção da mulher no mundo do trabalho, não só o seu acesso, mas a possibilidade de lá permanecer.

Portanto, o nosso papel, o compromisso que a Bancada feminina está assumindo é o de garantir que este Congresso, com a ajuda da maioria desta Casa, que é composta de homens, vote as leis para que se avance nos direitos da mulher. Há vários projetos que tratam dessas matérias. Mas, mais do que isso, esperamos que, junto conosco, impeçam que esses retrocessos aconteçam. Mais ainda: como representações político-partidárias que aqui somos e, tendo em vista o que a sociedade espera de nós, devemos contribuir para a organização real das mulheres, para um movimento não apenas de resistência, mas de ofensiva política, de avanço e de criação de novas alternativas para o Brasil.

Como comunista, defendo o socialismo. Mas, independentemente das defesas ideológicas e dos matizes que aqui ocorram, precisamos ter unidade na defesa de uma alternativa para que o País volte a sua política aqui para dentro, para o povo brasileiro e para suas demandas, particularmente, a demanda desse contingente maior que são as mulheres brasileiras. Elas precisam, sim, ser respeitadas, valorizadas e protegidas diferentemente neste mundo em que vivemos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – A pedido da Congressista Maria Elvira, quero registrar a

sua ausência em decorrência de estar presidindo a Comissão de Educação na Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – 0SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, Sr^ss e Srs. Deputados, representantes de organizações não-governamentais, representantes do Corpo Diplomático, senhoras e senhores, é do final do século passado para cá, numa velocidade assustadora e sem precedentes, que transcorrem as maiores mudanças e transformações na história da humanidade não apenas no campo científico e tecnológico, bem como nas regras de convivência social e humana.

Neste século, passamos do cavalo às espaçonaves, pusemos o pé na lua e passamos a explorar outros planetas e o espaço cósmico; deixamos o candeeiro, a lamparina e o fogão a lenha para usar energia elétrica, solar, raio **laser** e microondas; do correio montado passámos ao telégrafo, rádio, telefone, televisão e à Internet; quase que já dominamos o microcosmo do mundo invisível do átomo e da microbiologia, vencendo a maior parte das doenças.

Fizemos coisas extraordinárias provenientes do mundo das invenções do engenho humano, mas também produzimos coisas terríveis, artefatos altamente destrutivos, armas atômicas, químicas e biológicas de destruição em massa. Lamentavelmente ainda continuam as mais perversas distorções na convivência das pessoas e dos povos, como a pobreza, a miséria e as discriminações sociais, relativas às mais diferentes peculiaridades do ser humano e dos grupos sociais, a discriminação da mulher, uma injustiça social que, felizmente, para melhor harmonia da família humana está, aos poucos, acabando.

Mas é bom lembrar, até de forma pitoresca, como evoluímos.

O Código de Manu, da Índia, determinava o seguinte: "A mulher estará sob a guarda do marido, durante o casamento; na velhice, sob a guarda dos filhos; e, no caso de não de ter filhos, sob a guarda do parente masculino mais próximo. Nunca a mulher deve conduzir-se à sua vontade".

Gregos e romanos, na Antigüidade, tinham poder de vida e morte sobre suas mulheres. Enquanto Aristóteles considerava que a mulher nascia quando a natureza errava na feitura do homem, Platão já preconizava a igualdade entre os sexos.

Exceto esses desvios de concepção filosófica durante a história da Igreja, que, num certo período

criou o Santo Ofício da Inquisição, mas foi, indiscutivelmente, o Cristianismo que, glorificando a maternidade, valorizou a mulher.

E é Santo Agostinho, um dos maiores teóricos da religião, quem afirmou, no século IV da nossa Era em "A Cidade de Deus", que se o Criador "quisesse a mulher superior ao homem, a tiraria da cabeça; se a quisesse inferior, a tiraria dos pés. Mas como a quis igual, tirou do meio; tirou-a do meio, das costelas".

Não obstante esses conceitos, no Brasil, as ordenações de Portugal, durante a Colônia, davam direito legal aos maridos de castigarem suas mulheres.

A emancipação feminina começou, de fato, por questões econômicas, durante a Revolução Industrial, que deu às mulheres a oportunidade de trabalhar e, assim, ampliar a sua visão mais universal da vida e do mundo.

Sr^a. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o Dia Internacional da Mulher – instituído em 1910, em memória de uma centena de trabalhadoras que morreram queimadas criminosamente em um galpão de fábrica nos Estados Unidos, por reivindicarem condições mais humanas e justas relativamente à jornada de trabalho – transcorrido anteontem, dia 8 de março, hoje comemorado com esta sessão especial, não é apenas um dia qualquer, em que, por educação ou elegância, cumprimenta-se a parte feminina da humanidade no dia em que é lembrada.

É um momento especial, minhas amigas, em todo o mundo, um importante evento político, porque, nesta ocasião, o mundo feminino mobilizado avalia e festeja o processo de conquista dos seus direitos e, consequentemente, dos seus deveres, entre eles, os mais elementares da pessoa humana, que é o direito à dignidade, o direito de poder escolher o seu futuro, o direito de amar e o direito de sonhar.

Entre as conquistas sociais da humanidade, neste século, podemos destacar a que se relaciona com os direitos da mulher, antes absolutamente marginalizada pela vida pública. Basta lembrar as lutas, em todo o mundo, pelo direito civil mais elemental da democracia, que é o direito de votar e de participar da escolha dos governantes. No Brasil, depois de a maior parte dos outros países, mas primeiramente na América Latina, a mulher só chegou, nacionalmente, às urnas em 1934; com o movimento modernizador da Revolução de 30, se conquistou o direito de votar e ser votada. Esse princípio foi o

passo mais importante para a emancipação feminina.

A epopéia do voto feminino tem antecedentes em iniciativas frustradas de José Bonifácio, lá pelo idos de 1825. Em 1890, novamente, se tentou, sem êxito. Mas foi em 1922 que o movimento tomou fôlego, que resultou nas conquistas de 34.

Embora se tivesse avançado consideravelmente no campo jurídico, a melhoria de desempenho nos índices sociais e econômicos sempre evoluiu a passos muito lentos, basta dizer que, na média nacional dos salários pagos, ganhamos cerca de 50% menos que os homens, mas, até poucas décadas, o número das que trabalhavam fora de casa, porque a mulher sempre trabalhou, era mínimo. Em 1950, apenas 14,7% das mulheres participavam do mercado de trabalho, índice que passou para 17,9% em 1970. Hoje participamos com um percentual de quase 52% da população economicamente ativa.

A luta pela igualdade de oportunidades é antiga, mas o progresso organizado do movimento feminino pelos seus direitos teve impulso fundamental a partir da Primeira Conferência da Nações Unidas sobre a Mulher, realizado no México, em 1975, que estabeleceu um plano de ação para os dez anos seguintes, subscrito por 139 países, que aprovaram uma convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.

A Segunda Conferência ocorreu em Copenhague, em 1980, cujo programa de ação defendia a prioridades para a saúde e a educação.

Em 1985, em Nairobi, Quênia, realizou-se a Terceira Conferência, que determinou a inclusão nos planos nacionais, de cada país, de ações visando o progresso do movimento feminino, o reconhecimento social do papel da mulher e o exercício dos seus direitos sociais, econômicos e políticos.

Em 1990, uma Comissão das Nações Unidas avaliou a condição jurídica e social da mulher no mundo, e mostrou como a comunidade internacional estava mais consciente dos problemas sobre o assunto.

Em 1995, ocorreu a Quarta Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing, na China, que incluiu dois assuntos novos no tema do movimento: a violência contra a mulher e o assédio sexual.

Essas conferências foram fundamentais para fortalecer, instruir e orientar de forma orgânica a estratégia política desse movimento, embora tenha sido particularmente importantes e essenciais as ações desenvolvidas neste cenário de reivindicações

por cada país, por cada grupo feminino organizado e, sobretudo, por nós mulheres, pessoas isoladamente.

O Congresso Nacional deu uma importantíssima contribuição ao movimento feminino pelos seus direitos. Nesse dia, não poderia deixar de ser lembrada a famosa CPI da Mulher, que aconteceu em seguida àquela primeira Conferência do México, subscrita em 30 de novembro de 1976, inclusive por Parlamentares que hoje estão no Senado, como os ilustres Senadores Jader Barbalho, Nabor Júnior e Hugo Napoleão, Comissão essa instalada no dia 8 de março de 1977, que produziu importante documento sobre a condição da mulher brasileira naquela época, promovendo um grande debate nacional sobre o assunto e mobilizando setores representativos da sociedade, criou o clima necessário durante a sua realização para a aprovação da lei do divórcio e o ingresso da primeira mulher na Academia Brasileira de Letras, na época um reduto masculino inexplorável. Depois de Rachel de Queiroz, outras escritoras ilustres lá ingressaram, como Nélida Piñon e Lígia Fagundes Teles, abrindo o caminho para a intelectualidade feminina.

Em nosso País, de uma definição vaga de que "todos são iguais perante a lei", a nossa Constituição, em seu art. 5º, item 1, foi categórica, quando declarou: "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição." E no art. 7º, item 30, proíbe a "diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil."

Entretanto, da parte legal para a conquista real, o caminho ainda é longo, irreversível mas promissor.

Tendo a igualdade de oportunidades como objetivo, nos caberia muito mais, nesta ocasião, Srs. e Srs. Congressistas, festejar as nossas vitórias do que nos embrenhar no desencanto pelo que ainda não alcançamos, por uma questão de tempo, embora nos entristeça profundamente saber da perversidade que nos é mostrada pelos índices sociais ainda existentes no Brasil e no mundo, que revelam, em certos aspectos da sociedade, uma realidade cruel. Mais de dois terços dos analfabetos e 70% dos pobres do mundo são mulheres, maioria no emprego informal e no subemprego.

Indiscutivelmente, desde a primeira Conferência sobre a condição feminina, nós, mulheres, aqui no Brasil, pelo esforço individual e pela militância incansável de entidades femininas, federações, confederações e movimentos de organizações governamentais ou não-governamentais, obtivemos muitos

espaços: marcamos presença firme nas universidades, onde, em muitos cursos, já somos maioria; mostramos nossa garra nos mais diversos esportes; fomos guindadas a cargos públicos importantes, antes inatingíveis para alguém de saia, e lá, progressivamente, fomos mostrando capacidade, porque a inteligência, minhas amigas, não tem sexo. Já funcionam em quase todo o País as Delegacias Especiais, ingressamos nos quartéis e no parlamento, assembleias legislativas, palácio de governo, prefeituras municipais e câmara de vereadores.

Embora as mulheres já tenham presença marcante no Judiciário, sendo muito grande o número de advogadas militantes, nenhuma ainda chegou aos Tribunais Superiores ou à Presidência da OAB, à presidência de grandes bancos oficiais, como o Banco Central e o Banco do Brasil, e ainda não temos mulheres presidindo confederações patronais ou sindicais. Só alguns exemplos para mostrar que o caminho da igualdade é garantido na lei, mas sonegado na realidade. Acredito, minhas amigas, que o veículo para a correção dessas disparidades passa pela escola, pelas universidades, passa pela indústria do conhecimento.

Depois da quebra de tabus e resistências, comum a todo movimento de mudança, a sociedade vive, com naturalidade, as transformações que vêm ocorrendo na família, na vida social e política do País, onde mulheres e homens, conscientes dos seus direitos e obrigações, concorrem às oportunidades de realização pessoal e de participarem juntos da vida do País e das decisões pessoais, locais e nacionais.

O que desejamos, como parte meio da humanidade, é uma parceria igualitária, fraterna e solidária com os homens, para pensarmos juntos a construção de um mundo melhor, e uma convivência mais harmoniosa na luta pela sobrevivência e pela felicidade do gênero humano.

Era o que eu tinha a dizer, Srª Presidente.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Antes de conceder a palavra à ilustre Deputada Elcione Barbalho, quero também registrar a ausência da Deputada Yeda Crusius, que, no momento, está presidindo a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra à nobre Deputada Elcione Barbalho.

A SRA. ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Senadora Marluce Pinto, que neste momento preside a sessão, eu gos-

taria de cumprimentar V. Exª e as demais companheiras que fazem parte desta Mesa.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, ilustres autoridades presentes, convidadas, meus senhores e minhas senhoras, sinto-me profundamente honrada e envaidecida por ter sido indicada pelas minhas companheiras e companheiros de Partido, o PMDB, para falar nesta oportunidade em que comemoramos o transcurso do Dia Internacional da Mulher.

Mais pelo carinho que me dedicam, menos pelos meus próprios méritos, minhas brilhantes e queridas companheiras de Partido atribuíram a mim esta difícil e gratificante missão, o que põe em maior relevo a já enorme responsabilidade de minhas palavras.

Cumprirei o doce encargo, iniciando por fazer as minhas sublimes palavras da mais bela oração do catolicismo.

"Salve, Rainha, Mãe de Misericórdia!"

Salve, Rainhas, nós, mulheres, mães de misericórdia, mães de vida, de docura, mães de esperança nossa, salve!

"A vós bradamos, os degradados filhos de Eva,"

A vós – homens e mulheres de boa-vontade – bradamos nós, as degradadas filhas de Eva e sucessoras de Maria nesta Terra.

Gemem e choram, neste vale de lágrimas, mártires desta causa.

Gemeram e choraram, neste vale de lágrimas, as 129 operárias da tecelagem Cotton, que pereceram vítimas do criminoso incêndio provocado pelo patrão, na Nova Iorque do ano de 1857.

Que os filhos desta Terra se rendam em homenagens à Soror Joana Angélica – a heroína baiana e primeira mártir da independência nacional, que pereceu trespassada pelas baionetas da soldadesca lusitana em fevereiro de 1822.

E, homenageando Joana Angélica, saudemos a memória de tantas e tantas outras heroínas anônimas deste País que tombaram por grandes causas, vítimas da violência; ou, sem qualquer causa, apenas por serem mulheres.

Façamos reverência à memória de tantas jovens mulheres, integrantes dos movimentos populares e estudantis, vítimas da ditadura naqueles cinczentos anos de chumbo, e busquemos, em nossas lembranças, a figura de Anatália de Melo Alves, mili-

tante do PCBR, vitimada em janeiro de 73 pelo "sui-cídio" que grassava nos DOPS espalhados por este País.

Recordemos a irmã Maurina, presa em 69, juntamente com frades dominicanos, e seviciada nas dependências da famigerada OBAN.

Lembremos, neste 8 de março, as tantas mulheres vítimas da violência no campo, que lutaram pela independência social dos que vivem sob as botas da exploração econômica.

Lembramos, pois, de Margarida Maria Alves, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada em 12 de agosto de 83 por pistoleiros, em frente de sua humilde casa.

Muitas e muitas outras grandes e lutadoras mulheres brasileiras – que tombaram defendendo grandes causas desde os primórdios de 1500, que deixaram um grande legado a nós, que as sucedemos – estarão na lembrança de cada um de vós, e a todas elas prestamos nossas homenagens no dia de hoje.

Mas "...pra não dizer que não falei de flores..." é preciso homenagear outras tantas desbravadoras, que construíram, tijolo a tijolo, o espaço que nós, mulheres, ocupamos hoje; grandes mulheres combativas, que trilharam, passo a passo, o caminho que nos trouxe a este Parlamento. Mulheres que lutaram e sobreviveram às suas lutas. Mulheres a quem pouco se credita, de quem poucos reconhecem a imagem, conhecem a história ou lembram o nome. Mulheres dotadas de muita coragem, que enfrentaram e venceram gloriosas batalhas; que contribuíram para reduzir a grande distância que existe entre homens e mulheres neste vale de lágrimas – ainda que muito esteja faltando. Mulheres solidárias que ampararam e ajudaram outras tantas mulheres na resistência e no combate às agruras de um dia-a-dia repleto de violência e discriminação.

Nossas loas a Maria Josefina Durocher, a pioneira das médicas brasileiras, que se formou no longínquo ano de 1832, dedicando-se à obstetrícia – a nobre tarefa de trazer ao mundo os pequeninos.

Nosso tributo de gratidão às mulheres que se engajaram nos primeiros movimentos sindicalistas. Mulheres como as operárias da Tecelagem Cruzeiro, que, em 1903, revoltadas com a demissão de uma companheira que havia sido engravidada pelo chefe do setor, deflagraram a primeira greve geral do Rio de Janeiro, defendendo o salário e a jornada de 8 horas.

Recordemos o pioneirismo de Nísia Floresta, a ilustre nordestina do Rio Grande do Norte, intelectual respeitada, que, ainda na segunda metade do século XIX, ganhou a Europa defendendo os ideais republicanos; abolicionista e defensora da emancipação feminina e, também, brilhante literata, que traduziu do inglês a mais importante obra de defesa da igualdade feminina então conhecida, o livro *Defesa dos Direitos da Mulher*, bíblia do movimento sufragista que alvorecia.

Nossa gratidão à dentista mineira Isabel de Matos Dillon, fundadora do jornal **O Sexo Feminino** e primeira mulher a alistar-se eleitora e candidatar-se a um cargo eletivo (para a Constituinte de 91); porém, teve vetada sua candidatura porque a lei não permitia esse direito às mulheres.

Nós, Congressistas de hoje, devemos render homenagens também à pioneira do sufragismo no Brasil, ainda na virada do século: a professora Leolinda Daltro, iniciadora do movimento e que, em 1905, ironicamente, teve negado seu alistamento pela canhestra interpretação dada à lei por alguns juízes.

Para conquistarmos o direito de voto feminino amplo, em 32, muito devemos à gaúcha Nathaércia Lacerda de Moura, criadora da Aliança Nacional de Mulheres em 1931, entidade de caráter popular dedicada a prestar assistência jurídica a operárias. Porém, como baluarte do movimento sufragista, devemos render nossa homenagem à inolvidável paulista Berta Lutz, bióloga que, a partir de 1918, manteve constante campanha, através de seus artigos em jornais, defendendo o direito de voto amplo às mulheres, tendo fundado, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entidade que foi decisiva na conquista do nosso direito político. Berta Lutz, tendo obtido a primeira suplência na eleição para a Constituinte de 34, assumiu uma cadeira no Congresso Nacional.

Lembremos a primeira mulher brasileira a chegar ao Parlamento, Carlota Pereira de Queirós, eleita por São Paulo para integrar a Assembléia Constituinte de 34, e única mulher que conquistou esse privilégio.

Passados sessenta e quatro anos, para esta Legislatura, que teve início em fevereiro, fomos eleitas vinte e nove mulheres. É certo que já fomos trinta e oito; porém, a violência, que não nos dá trégua, também impõe suas vítimas ao Parlamento: eleitas vinte e nove, apenas vinte e oito tomaram posse.

E é em tributo àquela que falta, àquela que deixou vazia sua cadeira neste Parlamento e que abriu

um imenso vazio de saudade; a ela - a companheira Ceci Cunha - que quero dedicar as conquistas, as lutas, as pequenas e grandes vitórias que certamente nós, mulheres, alcançaremos nesses próximos quatro anos, com destemor e perseverança.

Em respeito à memória de tantas mulheres que nos antecederam, como preito de gratidão a tantas glórias alcançadas, temos o compromisso, o dever de lutar contra toda e qualquer medida que represente um retrocesso no caminho que há séculos trilhamos. Não admitiremos qualquer restrição aos direitos que propiciaram o nível atual da condição feminina. Não pode haver qualquer apelo, não pode haver crise econômica ou déficit público que autorize, que justifique investir este Congresso Nacional contra qualquer direito social que nós, mulheres, já conquistamos.

Salve, Rainha, Mãe de Misericórdia!

Salve, todas as mulheres anônimas que, nesses séculos de lutas e conquistas, sem que ninguém lhes conhecesse o nome e reconhecesse os créditos, deram a nós este legado que permite estarmos reunidas hoje nesta homenagem, legado que temos o dever de ampliar, enobrecer e engrandecer para as gerações que nos sucederão.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Convido a nobre Deputada Lídia Quinan para me substituir na Presidência. (Pausa.)

A Srª Marluce Pinto, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Srª Lídia Quinan.

A SRA. PRESIDENTE (Lídia Quinan) – Concedo a palavra à ilustre Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, ao saudar a Ministra Cláudia Costin, a Presidente Rosiska de Oliveira e as mulheres que estão representando as suas entidades de classe, quero solidarizar-me com todas as mulheres que têm cargos executivos.

Ouvi, com muita atenção, os pronunciamentos de todos os colegas neste dia em que somos homenageadas. Pude perceber que, a par das dificuldades ainda existentes, a mulher, brasileira ou não, vem ocupando significativos espaços diante da realidade atual e sobre os novos rumos que toma a Humanidade.

O lastimável, infelizmente, é saber que, às portas do século XXI, ainda existam povos que insistam em violentar a dignidade humana ao considerar suas

mulheres em plano subalterno, sem as mínimas condições de influenciar nas decisões maiores que regem os destinos da sociedade e seus próprios destinos.

Afora isso, é salutar sabermos que no Brasil e no mundo caem por terra discriminações até bem pouco vistas como "naturais", ao mesmo tempo em que as mulheres ocupam, cada vez mais e em pé de igualdade com os homens, funções antes consideradas exclusivas do sexo masculino.

Em nosso País, graças a Deus, a marca da presença feminina está-se fazendo em todos e quaisquer setores de trabalho e, o que é melhor, com reflexos altamente positivos onde ela se inclui. E isso tanto é verdade que recente levantamento, promovido pelo Ministério do Trabalho, mostra que a mulher brasileira avança sobre feudos tradicionalmente masculinos, competindo ombro a ombro com os homens pelo preenchimento de vagas no mercado de trabalho.

Os números captados pelo Ministério não deixam dúvidas e vou enumerar alguns deles:

a) entre outubro de 1996 e setembro de 1997, das mais de duzentas e trinta mil vagas geradas no País – e que exigiam o 2º grau completo para seu preenchimento –, mais da metade foram conquistadas por mulheres;

b) também as mulheres superaram os homens nas vagas de nível superior, onde 83% dos cargos de dentistas, médicos e veterinários foram por elas preenchidos. Nesse caso, de cada dez vagas, oito ficaram para as mulheres;

c) 50% de nossos advogados são do sexo feminino e 25% dos cargos de juiz, em solo brasileiro, são ocupados por advogadas;

d) 30% da classe médica brasileira é composta por mulheres.

Não param aí as conquistas das mulheres. No Estado de São Paulo, para citar um dos mais prósperos Estados de nosso País, a participação da mulher na população economicamente ativa teve um aumento superior a 30% nos últimos quatro anos; as mulheres taxistas aumentaram em 900% nos últimos oito anos e as dentistas e médicas tiveram crescimento na ordem, respectivamente, de 190 a 250% nos últimos vinte e cinco anos.

Nas Forças Armadas também a mulher tem se destacado. Em 1997, nas escolas militares do País, 80% dos estudantes que alcançaram o título máximo de aluno-coronel foram do sexo feminino.

Na política, à exceção do cargo de Presidente da República, estamos em todos os demais cargos, de governadora a vereadora, sendo que a edilidade feminina teve um aumento superior a 100% nas duas últimas eleições.

Na verdade, não existem barreiras que impeçam a presença feminina onde o trabalho se faça necessário. No cultivo e na colheita da terra; nos caminhões e nos táxis da cidade; no legislativo e no executivo; manobrando o bisturi ou forjando o aço; nos tribunais e nas escolas; nas letras e nas artes; civil, fardada ou togada... por onde quer que olhemos, lá estão competentes e decididas brasileiras contabilizando sucesso.

Mas também é certo que problemas ainda existem e precisamos estar atentos a eles.

A ONU, por exemplo, em recente relatório publicado, afirma que as mulheres representam 70% dos pobres do mundo e somam dois terços do contingente de analfabetos do planeta. Indica que dos mais de 30 milhões de refugiados, em virtude de conflitos armados existentes no mundo, 23 milhões são do sexo feminino e coloca nosso País em quinquagésimo oitavo lugar quanto à participação da mulher em postos de destaque na economia e na política.

Outras informações concluem que pouco mais de 1/3 das trabalhadoras brasileiras possuem carteira assinada; que no trabalho informal a presença feminina é superior a 60% e que, no campo, onde mais de 40% são trabalhadoras, os benefícios mínimos, garantidos constitucionalmente a qualquer cidadão, são praticamente 100% desprezados, com o agravante de que crianças e adolescentes são exploradas em trabalho quase escravo.

Estatísticas elaboradas a partir de informações colhidas em delegacias, presídios e centros de reabilitação mostram que em nosso País cerca de 450 mil mulheres, anualmente, sofrem algum tipo de agressão física, dentro e fora do lar, com altíssimo percentual de lesões corporais. E o pior é que se sabe que 95% dos casos de agressões a menores são praticados contra crianças do sexo feminino.

Inaceitável, também, é a constatação de que a média salarial das trabalhadoras brasileiras chega a até 60% a menos do que a dos homens em serviços correlatos.

Portanto, o dia 8 de março a nós consagrado, mais do que apenas um dia de comemorações, é um dia de luta. E é com alegria que vejo homens e mulheres em torno de um mesmo objetivo.

Como mulher e Legisladora, deixo um apelo aos dirigentes maiores da Nação e aos colegas Par-

lamentares: vamos fazer respeitar o que está escrito no artigo 5º de nossa Carta Magna, onde todos somos iguais perante a lei e que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Aproveito a oportunidade para agradecer ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, que nos prestigiou e abriu esta sessão em homenagem às mulheres.

Há um outro Parlamentar, que já não está mais conosco no Planeta Terra, a quem todas as mulheres, não importa o cargo ou a situação, devem muito. Refiro-me ao Senador Nelson Carneiro, sem o cujo dinamismo, persistência e consideração, aqui não teríamos chegado. Parabenizo sua viúva, Carmem Carneiro, muito atuante ao lado do esposo – naquela época, não existia nem sequer uma Parlamentar na Câmara dos Deputados e muito menos no Senado da República – na luta em favor dos nossos direitos.

Somente nos anos 90, pela primeira vez, duas mulheres foram eleitas para representar o País e os seus Estados: esta, que vos fala e a ex-Senadora Júnia Marise, do Estado de Minas Gerais, que muita falta nos faz neste Plenário.

Sr^a Presidente, eu também não poderia deixar de ressaltar o grande trabalho das mulheres – e também o dos homens – nas Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Como hoje estamos aqui para falar sobre as mulheres, quero, por intermédio da Dr^a Cláudia Lyra, solidarizar-me com todas as mulheres servidoras do Senado e da Câmara dos Deputados e parabenizá-las.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lídia Quinan) – Retorno a Presidência à ilustre Senadora Marluce Pinto.

A Sr^a Lídia Quinan, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr^a Marluce Pinto.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra à Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA ABADIA (PSDB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exm^a Senadora Marluce Pinto, Presidente desta sessão; Exm^a Ministra Claudia Costin; Exm^a Dr^a Rossika; Sr^ss e Srs. Senadores, Sr^ss e Srs. Deputados; mulheres presentes; amigos; com muita alegria venho a esta tribuna para prestar uma homenagem às mulheres brasileiras.

Primeiramente, as minhas palavras são de agradecimento aos meus eleitores. Obrigada por eu

estar de volta. É com orgulho e responsabilidade que represento Brasília, Capital de todos os brasileiros, no Congresso Nacional. Estive nesta Casa na primeira eleição de nossa cidade. Brasília me escolheu para ajudar a escrever a nossa Constituição. Estou de volta. Contem comigo. Agradeço também às Deputadas do PSDB, a maior Bancada da Câmara, pela honra de falar em seus nomes.

Esta é uma sessão solene. Deixaremos registrado nos Anais desta Casa o que queremos e o que sonhamos.

Sra Presidente, para lembrar que estamos atentas, registro alguns dados: hoje, somos mais de 79 milhões de mulheres em nosso País, 51% de mais de 156 milhões de brasileiros. Em 1997, 9,9 milhões de famílias brasileiras, 22%, eram chefiadas por mulheres. O rendimento médios dessas mulheres é de 2,83 salários mínimos. Sintetizando esses dados: as mulheres representam a maioria da população brasileira, ganham pouco e têm grandes responsabilidades.

Para nossa reflexão: na Legislatura passada foi aprovada a lei por intermédio da qual se garante 25% das vagas para candidaturas de mulheres. Entretanto, a representação feminina na Câmara diminuiu nesta Legislatura. Eram 36 Deputadas, hoje somos apenas 30.

Os eleitores dos Estados da Bahia, do Ceará, da Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Tocantins não elegeram mulher alguma. Estão devendo ao Congresso Nacional; estão devendo ao Brasil as suas representantes. (Palmas) Parabéns aos demais Estados brasileiros que votaram e elegeram mulheres. Poucas as mulheres foram eleitas; ainda assim, assassinam uma vitoriosa, uma guerreira. A nossa homenagem a você, Ceci. A nossa solidariedade à sua família que restou, aos seus amigos, aos seus eleitores. O registro da nossa indignação e da nossa dor pela sua morte, pela sua ausência. Clamamos justiça.

E há mais, meus amigos. No domingo passado, a manchete do **Correio Braziliense** foi o aumento da violência contra a mulher no Distrito Federal. Estamos chegando ao Terceiro Milênio com tantas dívidas, com tantas multas, com tantos juros, com tanta vergonha...

Soberana e arrojada, a Constituição Federal de 1988 contemplou a cidadã brasileira com 28 dispositivos inovadores. Avançamos bem e vamos avançar mais nesta legislatura. Apesar de a transformação ser surda e silenciosa, ela não é lenta – afirma um estudioso sobre os avanços da mulher brasileira.

A mulher de hoje atropelou as gerações anteriores, as instituições, a sociedade. Sessenta e sete anos após adquirir cidadania plena com o direito ao voto em 1932, a mulher brasileira sinaliza para si mesma e para quem estiver ao seu lado que quer testar as suas possibilidades, a cotoveladas se preciso.

O modelo da dona de casa, rainha improdutiva do lar, implodiu. No emprego, na cozinha, na parada de ônibus, na universidade, no campo, na política, nas estatísticas, a mulher brasileira não é a mesma. Ela começa a se reconhecer como agente de uma mudança possível, de uma transformação provável.

Por trás de cada mulher, há uma história de luta, contada a seu modo neste imenso Brasil. É uma história vibrante: são mulheres e mais mulheres fazendo escolhas, seguindo caminhos, encarando desafios e arriscando soluções a sua maneira. Mas o importante é que cada mulher aponta respostas principalmente a uma célebre pergunta formulada por Freud: "A grande questão que nunca foi respondida e que eu não posso responder, apesar de meus trinta anos de pesquisa sobre a alma feminina é: o que quer, afinal, uma mulher?" Matutava o psicanalista, na mesma época em que as americanas adquiriram o direito ao voto e que um novo produto causava sensação nos Estados Unidos: o absorvente feminino descartável. Se Freud não tivesse morrido, certamente já teria percebido o essencial: a mulher quer, no mínimo, o pedaço da sociedade que lhe cabe. Nós brasileiras também.

Meus amigos, minhas amigas, para finalizar, anotei de um artigo que julguei interessante, sobre dizeres de pára-choques, o seguinte recado: "Sou mulher neste Planeta. Quero e vou conseguir o espaço que me pertence. Estou caminhando e não vou parar. Saíam da frente os incomodados. Assinado: Maria, motorista de caminhão".

E salve as mulheres! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra à ilustre Senadora Luzia Toledo.

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra Presidente, Senadora Marluce Pinto; representantes de entidades aqui presentes; nossa companheira de luta, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Rosiska; em nome das Deputadas Federais, cumprimento a Deputada Luiza Erundina, que se encontra à Mesa, com quem tantas vezes tive encontros no meu Estado, o Espírito Santo.

Com o coração cheio de bálsamo por termos ouvido bravas mulheres e já termos tido a oportuni-

dade de, no Dia Internacional da Mulher, participar de encontros nos nossos respectivos Estados, hoje aqui fazemos uma homenagem à mulher brasileira.

Antes de iniciar minha fala, vou abordar dois pontos importantes. Em primeiro lugar, presto uma homenagem ao Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, que nos prestigiou presidindo a sessão. Segundo, quero dizer aos Parlamentares aqui presentes, nossos colegas e companheiros, que estamos muito lisonjeadas pela permanência de V. Ex^{as}s. Gostaríamos que este plenário estivesse completamente lotado de Senadores e Deputados, como o está de Senadoras e Deputadas. É lamentável, pois queremos que esses encontros, pelos quais lutamos tanto, sejam compartilhados com os homens. Dessa forma, escutarão nossos anseios, nossas vontades e saberão o que representamos. Afinal, somos a metade da população e mãe da outra metade.

Sentimo-nos verdadeiras araras azuis. Como é sabido, o número de araras azuis que habitam as nossas florestas é reduzidíssimo. E, quando nos comparamos às araras azuis, é porque pouquíssimas mulheres alcançam posição de destaque político em nosso País. A presença das mulheres na elite política em todos os países do mundo é muito pequena. E o Brasil não é uma exceção. Dados de relatório recentemente apresentado pela Organização das Nações Unidas situam as mulheres brasileiras entre a metade da população feminina mundial com menor índice de participação político-partidária. Mais precisamente, dentre 102 países, o Brasil ocupa a 68^a posição. Atualmente, são 30 Deputadas na Câmara Federal, num total de 513 membros. Aqui, no Senado Federal, temos 6 Senadoras, num total de 81 membros. Situação semelhante verifica-se, hoje, no Executivo. Atualmente, não há mulher alguma Ministra de Estado. Já tivemos, mas, neste momento, não as temos. Ainda não existe mulher no Supremo Tribunal Federal, nem no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal Superior do Trabalho ou no Tribunal de Contas da União, sem falar no Superior Tribunal Militar, na Presidência ou na Vice-Presidência da República. Também não são mulheres o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Nenhuma mulher faz parte da Diretoria da Petrobrás, da Telebrás, do Banco do Brasil e do Banco Central. Com exceção de Roseana Sarney, no Maranhão, nenhuma outra mulher é Governadora de Estado. Nenhuma mulher é Presidente de qualquer das nossas 27 Assembléias Legislativas Estaduais

ou Presidente de qualquer dos Tribunais de Justiça Estaduais.

Essa ausência de mulheres no Governo começa a ser combatida em nível federal, com um programa que visa, em dois anos, igualar as oportunidades de acesso aos cargos públicos.

As eleições de 1998 permitiram constatar o crescimento da participação das mulheres na disputa política. Foram quase duas mil mulheres concorrendo às eleições para o Governo, Presidência da República, Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas. No entanto, ficou visível a dificuldade no cumprimento da cota mínima de 25% de candidaturas para cada um dos sexos.

Tocantins foi o único Estado, em relação às candidaturas para a Câmara Federal, que alcançou e superou o percentual de 25% estabelecido em lei, chegando à marca dos 29,55%.

Também no mercado de trabalho, a mulher encontra barreiras, embora a sua participação venha crescendo, sem parar, desde a década de 70. Mesmo ocupando 40% do mercado, o perfil das funções ocupadas por mulheres continua precário e não apresentou alterações significativas nos últimos cinco anos.

Os maiores contingentes de mulheres trabalhadoras continuam nos ramos dos empregos domésticos (17%) e em funções não remuneradas (14%). Aparentemente, foram as mulheres que mais se beneficiaram da oferta de novas vagas do País. O seu nível de ocupação cresceu 2,72% entre 1994 e 1997, contra 0,97% dos homens.

Entretanto, a explicação, mais uma vez, está na mudança estrutural da economia. Enquanto a construção civil e a indústria – setores tipicamente masculinos – enxugaram em 15% as suas vagas, os empregos no setor de comércios e serviços cresceram 20%.

A despeito da severidade dos números, há uma lenta transformação em curso. Há várias pesquisas mostrando o impacto da chegada das mulheres ao mercado de trabalho e sua ascensão aos postos de comando. A revista *Veja*, em sua edição de 24/02/99, divulgou dois trabalhos recentes. Um deles foi preparado pelo Grupo Catho, empresa de São Paulo especializada em recrutamento de executivos. De acordo com o levantamento da Catho, feito a partir de entrevistas em 1.139 empresas, as mulheres estão ocupando as vagas dos homens, ascendendo mais rapidamente aos altos postos das empresas e ganhando mais do que eles em alguns casos.

O outro estudo é uma pesquisa qualitativa preparada pela Multinacional de Consultoria e Planejamento Arthur Andersen, que listou as principais características profissionais que diferenciam homens e mulheres. A partir do levantamento, é possível listar três condutas femininas mais valorizadas na praça: saber trabalhar em equipe, fazer planejamento de longo prazo e preocupar-se com detalhes.

Ainda não existem números seguros sobre o espaço que as mulheres ocupam no mercado. Já se sabe que elas estão sendo recrutadas em bom ritmo e que, nos últimos anos, a participação feminina nos cursos de mestrado de Administração de Empresas, na área de finanças, dobrou. No mesmo período, a fatia masculina caiu 23%. Em 1991, as mulheres representavam 28% do total dos aprovados nos concursos para juízes em São Paulo.

No ano passado, chegaram a 63%. De 1995 para cá, ainda de acordo com dados da Catho, o número de presidentes de empresas e executivos do sexo feminino aumentou 28%, o corpo de gerentes mulheres cresceu 26% e o total de supervisoras subiu 33%. Ver o mercado guiar-se por características femininas é resultado de um longo processo.

As mulheres fazem diferença na política. As pesquisas em todo o mundo apontam para o fato de que só elas tratam de defender as questões que fazem parte de seu universo de interesses, como as políticas sociais ligadas à saúde da mulher e da criança, a luta pela implantação de escolas e creches, controle reprodutivo, aborto, discriminação e assédio sexual, dependência econômica e assim por diante. Além disso, é largamente sabido que os temas defendidos pelas mulheres na política são principalmente os de natureza social, o que, no Brasil, significa modernidade política devido ao seu caráter distributivo, alvo muito longe ainda de ser alcançado pelas práticas políticas atuais.

Nesse sentido, aumentando o contingente feminino em todos os níveis de poder, espera-se maior sensibilidade com as iniciativas que beneficiarão uma grande maioria excluída.

Mas também não podemos deixar de registrar, aqui, que essa exclusão não é única e exclusivamente de responsabilidade das mulheres.

Com uma dupla e até tripla jornada de trabalho, a mulher enfrenta, com dificuldade, a abertura de seus caminhos políticos.

Com os altos custos das campanhas eleitorais, a responsabilidade de educar os filhos e o gerenciamento do lar, a mulher tem um tempo reduzidíssimo para se dedicar às lutas pelas questões de gênero.

Só tivemos direito ao voto em 1932, o que nos tornou cidadãs de fato e de direito somente há 67 anos.

Mas somos guerreiras. Lutamos incansavelmente pelos nossos direitos, apesar das vitórias virem lentamente. Mas o importante é que elas estão vindo. E, junto com elas, mais e mais mulheres se engajam na luta, porque acreditam que podem e devem mudar o atual quadro participativo da sociedade brasileira.

Sei da capacidade de transformação das mulheres, porque faço uso, diariamente, da minha força feminina. E sei também que essa transformação só pode ser realizada por nós, mulheres, porque somos o equilíbrio dentro da nossa casa, na sociedade organizada e na vida política.

Somos integrantes do menor núcleo social, que é a família. É nele que desenvolvemos e mostramos nossos valores éticos, morais e sociais. É dentro da família que podemos começar a delinear a sociedade de que tanto almejamos.

Desejo, de coração, que cada uma das mulheres aqui presentes dê a sua contribuição efetiva, da maneira que for viável, para que essas mudanças se operem de forma mais rápida; que jamais nos calemos quando um de nossos direitos for violentado. Mas desejo, especialmente, que todas as mulheres tenham consciência da força e da determinação que emanam de nosso gênero. Que façam uso desses alavancadores sociais, com serenidade e feminilidade, para que a construção da igualdade seja uma constante neste País.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, convidamos todos os presentes para o ato político-cultural, a realizar-se hoje, às 14 horas, no Salão Negro, para darmos continuidade à programação do Dia Internacional da Mulher.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna e convido a nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia a me substituir na Presidência.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr^a Presidente, Sr^ss Senadoras e Deputadas, Srs. Senadores e Deputados, minhas senhoras e meus senhores, no transcurso de mais um 8 de março, não poderíamos deixar de associar nossa voz a todas aquelas que hoje se levantam para homenagear esta data de tanta importância, o Dia Internacional da Mulher.

É praxe, nessas comemorações, saudar, por um lado, os muitos e importantes avanços que as

mulheres têm obtido em sua tenaz luta pela igualdade de direitos em relação aos homens e contra as múltiplas formas de discriminação de que historicamente são vítimas; de outro lado, enfatiza-se sempre o quanto ainda resta por realizar nesse campo.

Com efeito, esta é, realmente, ocasião propícia para a realização desse tipo de balanço. Releva, nesta data, a cada ano, avaliar o quanto as mulheres têm avançado na ocupação dos espaços que, por direito, sempre lhes pertenceram, mas dos quais, em decorrência da opressão machista, viram-se marginalizadas por séculos. Da mesma forma, é importante patentejar com fatos que o caminho a ser percorrido até chegarmos à plena igualdade ainda é longo.

Em ambos os sentidos, são abundantes as evidências fornecidas pelas estatísticas, pelos estudos científicos e pela mera observação da realidade social.

Não há dúvida de que, até em obediência à Carta de 88, a legislação infraconstitucional vem sendo adaptada no sentido de estatuir legalmente a igualdade entre homens e mulheres. Sabe-se também que hoje, nos cursos universitários do Brasil, a presença feminina já é majoritária. Da mesma forma, avança essa presença no exercício das mais variadas profissões de nível superior – da medicina à advocacia, da odontologia à arquitetura – e inclusive na ocupação de postos no Poder Judiciário e no Ministério Público. Até mesmo nos diversos níveis dos Poderes Legislativo e Executivo começa a elevar-se, gradualmente, a participação das mulheres, realidade de que se pode observar aqui mesmo neste plenário. Imaginem, há 70 anos, as mulheres não podiam sequer votar! Hoje temos Senadoras e Deputadas; na minha opinião, ainda em número insuficiente. É estimulante, além disso, verificar que em muitos casos esse avanço é bastante célere, como, por exemplo, na magistratura, onde, até pouco tempo atrás, não se admitia o ingresso de mulheres, e hoje a fração correspondente às magistradas começa a aproximar-se da metade do total.

Em sentido inverso, porém, observa-se que os salários pagos às mulheres, pelo exercício de uma mesma função, ainda são muito inferiores àqueles pagos aos homens. Nos mais elevados níveis dos Poderes do Estado e das direções das grandes corporações ainda é reduzidíssima sua presença. Veja-se que, no Congresso Nacional, o predomínio masculino ainda é gritante, enquanto que no Supremo Tribunal Federal e no Ministério praticamente inexistente uma única voz feminina. E digo praticamente inexistente porque temos a Cláudia Costin que ocupa o

cargo de Ministra, embora a Secretaria ainda não seja um Ministério. Pior ainda, as mulheres continuam, aos milhões, sendo vítimas da violência de gênero, em especial no interior de seus próprios lares. Todas essas são situações que, absolutamente, não se justificam no limiar do novo milênio, eis que já deveriam estar sepultadas em anais vexaminosos da história da humanidade.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Sras e Srs. Deputados, como afirmei, essa avaliação da condição feminina nos dias que correm, fazendo-se ampla reflexão sobre as conquistas já consolidadas e as formas de discriminação que teimam em não desaparecer, é extremamente oportuna nesta data. Gostaria, no entanto, neste ano de 1999, de prestar minha singela homenagem às mulheres com um outro gênero de reflexão.

É que guardo a firme convicção de que a plena igualdade de direitos, a plena harmonia entre o gênero masculino e o feminino dependerá, afinal e em última instância, da mudança, da renovação das mentalidades.

Uma sábia palavra de ordem do movimento feminista proclama: "somos diferentes, mas não desiguais". Creio que na franca e amorosa aceitação das diferenças, sem qualquer pretensão de superioridade ou de hegemonia – de parte a parte –, está o caminho para o relacionamento harmonioso e equilibrado entre os gêneros. E que essa harmonia entre os gêneros abre caminho para possibilidades inimagináveis para o futuro da humanidade.

E nesse sentido, na busca dessa aceitação amorosa das diferenças, penso ser fundamental resgatar algo que parece perdido em nossa civilização: a compreensão profunda da essência – divina e maravilhosa – do ser feminino.

Se nós, homens e mulheres do século XXI, fômos capazes de resgatar essa compreensão, tenho a convicção de que a opressão das mulheres, em todas as suas hediondas manifestações, desaparecerá de uma vez por todas.

Para isso, penso que seria de grande utilidade recuperar as noções a esse respeito existentes nas culturas mais antigas – inclusive nas chamadas primitivas –, que, por sua íntima sintonia com as forças da natureza, possuíam compreensão muito fina e elevada dessas realidades.

O que é, o que representa a essência primeira e fundamental do ser feminino?

Na multimilenar cultura chinesa a essência feminina é expressa pelo conceito do *yin*, que, junta e complementarmente ao conceito de *yang*, é essen-

cial para todo o pensamento chinês. No conhecíssimo e muito antigo *Livro das Mutações (I-ching)*, ambos os conceitos já são compreendidos como duas forças/substâncias primárias, que formam uma polaridade a partir da qual surgiu o universo.

Yin e *yang* designam originalmente o lado sombreado (*yin*) e o lado ensolarado (*yang*) de um monte. No sistema de correspondências simbólicas da filosofia taoísta, tudo o que se vincula intimamente à terra é feminino e do âmbito de *yin*. Tudo o que se associa ao céu pertence ao âmbito de *yang* e é masculino, pois o céu (*yang*) e a terra (*yin*), o Sol (*yang*) e a Lua (*yin*) provêm de *yin* e *yang*.

Yang significa algo que principia, desencadeia, algo dinâmico, que se expande, se movimenta, é masculino e fecundante. Associações elementares com *yin*, por seu turno, são: algo que se completa, estático, conservador, includente, tranquilo, feminino, que dá à luz. *Yin* e *yang* produzem as quatro estações do ano e o clima. A natureza atua, portanto, por meio da interação (conjugação) de *yin* e *yang*, claro e escuro, dia e noite, calor e frio, masculino e feminino.

Yin e *yang* designam também, evidentemente, a complementaridade dos sexos, homem e mulher. É fundamental compreender, no entanto, que o "contraste" entre *yin* e *yang* é percebido no pensamento chinês não como oposição absoluta, mas trata-se antes de uma oposição relativa, "rítmica", pois ambas as forças nada mais são do que duas fases em mutação. O crescimento e decréscimo da "maré" *yang* será sucedido, em perfeita harmonia, pelo crescimento e decréscimo da "maré" *yin*, tal como dia e noite se sucedem e se completam, harmoniosamente, propiciando-nos o alvorecer e o pôr-do-sol. São forças essenciais em uma dinâmica infinita de um universo impessoal. Personificam o princípio da mutação permanente.

Essa compreensão de feminino e masculino – complementar, harmoniosa e não hegemônica – é comum também nas culturas ameríndias. Também aqui, a essência do feminino era identificada com o princípio que dá à luz e nutre, com a Divina Mãe que protege a todos nós, com a Terra e com a Lua.

Na religião incaica, chamava-se Olija, a Mãe-Terra, a fonte de onde retiramos nosso sustento, o ventre de onde viemos e para onde retornaremos; em complementaridade a Inti, o Deus-Sol, o Divino Pai, de onde recebemos a luz e o calor, a energia que sustenta a vida.

Entre as tribos da América do Norte, múltiplos são os mitos simétricos a esses. Os Keres, povo que

vive no Novo México, chamam-na a Mulher-Pensamento, ou Tse che nako, a deusa criadora de seu povo. Ser extraordinário, ela concebeu o mundo com seu pensamento. A crença de que Tse che nako é uma mulher está contida na estrutura teológica dos Keres. Ela é o ser fértil por excelência, capaz de produzir seres humanos e todas as outras criaturas. Como diz o índio Anthony Purley, do *Pueblo* de Laguna, "ela é a mãe de todos; depois dela, vem a Mãe Terra, em fertilidade, carinho e ao nos levar de volta ao seu seio". A Mulher-Pensamento é uma entidade poderosa e dinâmica que contém todas as possibilidades de vida dentro de si. Seu aspecto leigo é chamado de Mulher-Aranha, figura benevolente que ajuda as pessoas necessitadas. Encarna a lei metafísica universal segundo a qual "pensamentos são coisas".

Os Hopi, habitantes do Arizona, também chamam-na Mulher-Aranha. Segundo seu mito, o mundo foi criado pelo Deus-Sol, mas havia também a Mulher-Aranha – Kokyang Wuhti –, que deu vida ao mundo criando plantas, animais e, finalmente, seres humanos, a partir da terra e de si mesma. Kokyang Wuhti tem acesso profético ao futuro. Cuida da proteção e do bem-estar das pessoas necessitadas. É velha como o tempo e jovem como a eternidade. Representa o feminino como guia sempre presente, ajudante, protetora e companheira.

Para os Navajo, povo que viveu séculos nos estados do Arizona, Utah, Novo México e Colorado, a mais abençoada, reverenciada e benevolente deusa é a Mulher-que-Muda, mãe e avó de todos. Ela comanda o crescimento contínuo de todas as coisas sobre a superfície da Terra, criou o milho, os animais de caça, os cavalos e ovelhas, além de ser associada às sementes. Criou os ancestrais do povo Navajo. Foi fecundada magicamente pela luz do sol e pelas gotas da água. A Mulher-que-Muda defende a paz, traz segurança e ordem para os humanos, e vive para sempre. Identificada com o processo de vida em movimento, ela tira seu nome de sua capacidade miraculosamente distintiva de envelhecer com o tempo e, chegando à velhice, repetir o ciclo da vida incessantemente. É o eterno símbolo de esperança do povo Navajo.

Entre os Sioux, habitantes do meio-oeste norte-americano, a Mulher Filhote-de-Búfalo-Branco é uma heroína cultural. Foi ela quem trouxe o cachimbo sagrado, por meio do qual o povo se une com a terra e todas as criaturas vivas. É um modo de falar com o Grande Espírito. Fonte de profundo conhecimento espiritual, ela é uma poderosa mensageira de

Wakan-Tanka, o Grande Espírito. Ela própria é chamada de Wakan, que pode significar "sagrada", "poderosa", "antiga", "velha" e "resistente". Tem a beleza da juventude e a sabedoria da eternidade, e representa o cosmo e a energia.

Uma das figuras ancestrais de mulheres mais poderosas dos Sioux é a Mulher das Badlands, que exerce autoridade sobre a terra e seu povo. É como um julgamento que permeia a Mãe-Terra. Conforme a sabedoria Sioux, só o respeito pela Terra e todas as criaturas vivas garantirá nossa própria sobrevivência e impedirá a destruição do planeta. A Mulher das Badlands nunca dorme, pois está sempre velando por nós, por nossos pensamentos e ações.

Como se pode ver da exposição desses mitos, as mulheres indígenas norte-americanas são a espinha dorsal de muitas tradições, guardiãs de muitos dos segredos ancestrais, sendo interessante observar que os mitos femininos apontam sempre na direção de um respeito e integração com a natureza.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, Sr's e Srs. Deputados, senhoras e senhores, penso que esses desprevensiosos comentários acerca da compreensão da essência do ser feminino que vigora em algumas culturas antigas poderão representar uma pequena contribuição à redescoberta das principais manifestações do sagrado em seu aspecto feminino. Por aqui, acredito, passa a recuperação da identidade perdida das mulheres, por elas próprias e por nós, homens.

A desvalorização do feminino pela sociedade contemporânea vem em prejuízo dela própria. Já está mais do que na hora de redescobrirmos e reavaliarmos esses reinos perdidos de nossa alma.

Não é à-toa que, ao redor do mundo, em culturas aparentemente distantes e muito diferenciadas, a essência do feminino é identificada com os mesmos elementos fundamentais: a Terra, a Lua, a Mãe Divina protetora, a consoladora dos que sofrem, aquela que nos nutre, aquela que dá à luz, aquela que detém a intuição, aquela que nos integra com a natureza, ensinando-nos a respeitá-la.

É trágico que nossa cultura tenha perdido essa referência muito tempo atrás. Creio residir aí a origem de toda essa desvalorização que vimos nos últimos séculos e da opressão da mulher.

Uma visão mais nítida da essência do ser feminino haverá de conduzir à plena e amorosa aceitação das diferenças entre o homem e a mulher, com a integral valorização de cada um pelo que efetivamente é. Mulher e homem diferentemente divinos e maravilhosos. Diferentes, mas não desiguais.

Era essa, Srª Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, minhas senhoras e meus senhores, a singela homenagem que desejava fazer a todas as mulheres, no transcurso deste Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigado. (Palmas.)

A Sra. Marlúce Pinto, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Maria Abadia.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Abadia) – Convidando o Deputado Ivan Paixão a usar da palavra e a Senadora Marlúce Pinto para reassumir a presidência desta sessão.

O SR. IVAN PAIXÃO (PPS – SE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Marlúce Pinto – por intermédio de quem saúdo todas as outras mulheres integrantes da Mesa –, Sr's e Srs. Congressistas, meus senhores, minhas senhoras, o Partido Popular Socialista, do qual faço parte, ainda não conta nesta Casa com representantes do sexo feminino. No entanto, nos demais níveis, nas assembléias legislativas, câmaras de vereadores, prefeituras e administrações espalhadas pelos Estados brasileiros já contamos com representações importantes das mulheres.

Em especial, saúdo a Senadora Maria do Carmo Alves, representante da mulher sergipana nesta Casa, que tanto enobrece o nosso Estado. No Senado Federal contamos com o Senador Roberto Freire, nosso Presidente Nacional, que, por motivo de viagem, não se encontra presente. Assim, coube a mim, nesta oportunidade em que se realiza esta sessão solene para homenagear o Dia Internacional da Mulher, trazer o compromisso do PPS em defesa dos direitos das mulheres.

A mulher representa, em todas as cores, em todos os cultos, em todas as categorias sociais e tendências políticas, o que de mais belo há na humanidade, que é ser a cornucópia do carinho, do amor, da luta e bravura, que é desdobrar-se em ser mãe, companheira, trabalhadora e guardiã da preservação da espécie.

Recebam todas vocês que aqui se encontram a solidariedade do Partido Popular Socialista e levem para todas que aqui não se encontram a certeza de que não lhes faltaremos na defesa dos seus direitos, onde quer que estejamos, onde quer que vocês estejam.

Muito obrigado.

A Srª Maria Abadia, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Srª Marlúce Pinto.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra à nobre Deputada Iara Bernardi.

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª. Presidenta, demais membros da Mesa, companheira Rosiska, representando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, Srªs Deputadas e Srs. Deputados, representantes de entidade, sou uma Deputada de primeiro mandato na Câmara Federal e, com otimismo, pude ver, neste início de ano parlamentar, que a Bancada feminina no Congresso, Deputadas e Senadoras, já começaram suas atividades juntas.

Tivemos um grande espírito de unidade para a preparação desta sessão solene, e já estivemos juntas também, assim como esperam de nós, defendendo os interesses da mulher. Estivemos no Supremo Tribunal Federal, no Ministério da Justiça e no Ministério da Previdência e, nesta semana comemorativa do Dia Internacional da Mulher, estaremos votando projetos que defendem os nossos direitos.

Preparei um texto de cinco minutos, respeitando o tempo que havíamos combinado, para representar a posição do Partido dos Trabalhadores sobre a questão da mulher. Pelos pronunciamentos anteriores, vejo que o meu vem ao encontro dos pronunciamentos de outras colegas, de outros partidos, que aqui já se colocaram.

Gostaria de ler a minha posição, a posição do PT, sobre a questão da mulher, reafirmando que vem ao encontro de tudo aquilo que as companheiras já colocaram, e é esse espírito de unidade que vamos procurar manter e continuar defendendo aqui, no Congresso Nacional, para que possamos bem representar os interesses das mulheres, principalmente daquelas que nos colocaram aqui como representantes femininas no Congresso Nacional.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá (PPB – SP) – Nobre Deputada Iara Bernardi, antes de ler o seu texto, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Com prazer, ouço V. Exª.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá (PPB – SP) – É com muita alegria e satisfação que estamos aqui, no plenário do Senado, numa sessão do Congresso Nacional, presidida pela Senadora Marluce Pinto, representando todas as mulheres do Congresso Nacional. Lamentavelmente, a sessão de homenagem que fazemos hoje é maculada pela ausência da grande companheira Ceci Cunha, brutalmente desaparecida.

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – É uma sessão em homenagem a ela também.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá (PPB – SP) – Exatamente. Neste momento, portanto, através da Deputada Ceci Cunha, queremos cumprimentar todas as mulheres, Deputadas, Senadoras e todas as mulheres do Brasil, porque sabemos a sua força e importância no cenário da vida pública brasileira. A mulher é a síntese do ser humano. A mulher tem a força do parto, que é uma força maior do que qualquer outra que um homem possa contrapor. E, no dia de hoje, como no dia 8 de março, temos obrigação, com alegria e satisfação, de reverenciar a mulher não só pelo que ela já fez, mas pelo que pode fazer e pelo que fará. Temos que reconhecer que o Dia da Mulher não se restringe apenas ao dia 8 de março. Todos os dias são "dias das mulheres". Portanto, o meu abraço e o meu carinho a todas as mulheres, não só deste Congresso, mas de todo o Brasil. (Palmas)

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Obrigada pelo seu aparte, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Deputada Iara Bernardi, se V. Exª me permite, gostaria de repetir o gesto do Deputado Arnaldo Faria de Sá e a apartearia com muita honra para mim.

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Pois não. Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Numa sociedade que para ser democrática tem que jurisprudenciar a idéia de que não há relação de superioridade ou de inferioridade entre mulher e homem, mas sim uma clara e natural diferença que faz do homem, na média, mais forte fisicamente, faz da mulher, na média, mais resistente psicologicamente. Se pegarmos a história das torturas, nos porões da ditadura militar, vamos ver que não são raros os casos em que mulheres suportaram, até com muito mais estoicismo, a brutalidade da violência e da tortura sobre o ser humano. Se começarmos a ter essa compreensão, vamos ver desaparecer o quadro da agressão em casa e do salário menor por trabalho igual. Vejo que V. Exª chega à Casa com toda a disposição de encarnar bem – não importa as diferenças ideológicas a nos separar – a luta da mulher, que no fundo não tem que ser outra a não ser a luta para a sociedade como um todo se tornar mais democrática e mais capaz de dar educação, saúde e justiça para todos os seus cidadãos. Registro que o meu Estado manda para o Congresso uma adversária minha, que aqui chega pelo signo da luta, uma mulher valorosa, que tem toda uma trajetória a per-

correr, a Deputada Vanessa Grazziotin, que vai afirmar, com certeza, o valor da mulher do meu Estado a partir da sua capacidade de fazer seus pontos de vista prevalecerem pelo consenso, pelo respeito aos seus adversários e lealdade aos seus companheiros, o que é um bom dado, é um dado alvissareiro – ainda que muitos eleitores tenham deixado de votar em mim para votar na Deputada Vanessa, mas isso é da história e o importante é estarmos aqui os dois; a adversidade só nos faz mais amantes do nosso Estado e a mim mais admirador dessa mulher que o Congresso vai conhecer muito bem. E, para ser bem breve, em relação à Deputada Ceci Cunha, como Secretário-Geral do PSDB, lidei com ela talvez um pouco mais do que alguns outros Colegas: fui à sua terra mais de uma vez, estive com ela em vários atos públicos em Alagoas, conheci de perto o seu idealismo, aquela coisa lírica que era o fato de a Deputada Ceci Cunha andar desarmada em Arapiraca – desarmada física e psicologicamente –, o que era uma proeza. Nós, aqui, brincávamos muito com ela, dizendo-lhe que ela era tão diferente que por isso não faziam violência contra ela.

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Como todos deveríamos andar, Deputado: desarmados e sem violência.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É verdade, mas, em Arapiraca, essa sua expressão e minha vontade pareceriam, de certa forma, esdrúxulas devido ao quadro de violência. Dizíamos para Ceci que ela era uma exceção e a regra terminou sendo muito perversa com aquela exceção bonita, aquela afirmação de mulher, e, aliás, uma mulher muito interessante, politicamente muito corajosa. Eu já disse aos meus companheiros do PSDB que tenho a convicção de que o assassino está aqui. O assassino foi notificando ontem; tenho convicção disso. Não gostaria de acusar ninguém em vão. Não abro mão de que o encaminhamento do processo de cassação do Deputado, no que cabe ao meu Partido, seja feito por mim, pessoalmente. Por isso, fica a minha homenagem. (Palmas)

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Muito obrigado pelo aparte, Deputado Arthur Virgílio.

O Sr. Luiz Estevão (PMDB – DF) – Nobre Deputada, concede-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Pois não, Senador Luiz Estevão.

O Sr. Luiz Estevão (PMDB – DF) – Muito obrigado. A exemplo do que fiz na última segunda-feira, no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, pretendo aqui, em rápidas palavras, fazer um regis-

tro da importância, das conquistas e da realidade da presença da mulher na política nos últimos anos em nosso País. Parece um absurdo, mas é sempre bom registrar, que dois dos mínimos direitos que qualquer ser humano possa ter na sociedade moderna, que são o direito de exercer a sua decisão através do voto e o de oferecer o seu nome ao sufrágio dos eleitores, foram conquistados pelas mulheres há muito pouco tempo; há menos, em verdade, de setenta anos. Todavia, com a sabedoria que Deus deu ao ser humano, cada vez mais ele vai corrigindo as imperfeições da sua sociedade, aperfeiçoando-a a cada dia. E se as mulheres, durante muitos e muitos anos, foram, de certa forma, subjugadas por força da prevalência da força física sobre os demais valores do ser humano, felizmente, a cada dia que passa, a nossa sociedade constrói um mundo em que a força física cada vez vale menos e os verdadeiros valores intrínsecos a todos nós cada vez valem mais. Digo isso porque o que vejo aqui, nessa frase de saudação à Deputada Ceci Cunha – "A vontade de fazer justiça só não é maior do que a saudade" –, é que é preciso que ela fique registrada com muita clareza na cabeça de todos nós; na cabeça de todos aqueles a quem o provo brasileiro deu o direito e a honra de representá-lo nos diversos legislativos de todo o País, porque não pode ser apenas uma frase; essa frase tem que se tornar uma vontade, tem que se tornar efetivamente o exercício da justiça a fim de que esse crime, mais do que abominável, um crime que envergonhou o Brasil perante o mundo inteiro, não fique impune e que possamos dar essa satisfação à nossa sociedade e às futuras gerações. Quero registrar que, em Brasília, as mulheres já são grande maioria no nosso eleitorado; com efeito, representam 53% do eleitorado brasileiro. E, mais do que isso, desde a primeira eleição de uma Bancada brasiliense, em 1986, Brasília já tinha o maior percentual de mulheres dentre os seus Deputados Federais, com a eleição das Deputadas Maria de Lourdes Abadia e Márcia Kubitschek. Essa tradição vem sendo mantida e, ao longo desses últimos 12 anos, Brasília sempre teve mulheres dentre seus Parlamentares Federais. Quero, finalmente, registrar que é preciso que todos nós tenhamos uma reflexão de que Deus, quando criou os seres humanos, quando criou os seres, na verdade deu um recado muito claro, o recado da importância e da distinção especial com que homenageava as mulheres, dando a elas a mais sublime, a mais nobre de todas as missões da natureza humana: a missão da gestação e de construir em torno dela a família, símbolo maior de todas as características da construção humana. Portanto, quero aqui deixar a minha homenagem como Parlamentar de Brasília, o registro da importância da comemoração dessa data e dizer que é muito gratificante para nós, Senadores, ouvirmos, em cada dis-

curso proferido pelas nossas colegas, aqueles que são os grandes valores que a cada dia respeitamos mais nas mulheres: a garra, o compromisso com a verdade e, sobretudo, o reconhecimento de que é através delas que podemos dizer que o nosso mundo tem futuro. A propósito, daqui a nove meses, o prazo de uma gestação, estaremos entrando num novo século, num novo milênio, e não há dúvida de que, com o esforço das mulheres e o reconhecimento da sociedade, podemos dizer que o século XXI é o século da mulher. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP) – Agradeço o aparte do Senador Luiz Estevão.

Continuando, vou fazer o meu pronunciamento, representando o Partido dos Trabalhadores nesta sessão solene ao Dia Internacional da Mulher e, também, uma sessão de homenagem à companheira Ceci.

O século XX, que chega ao seu final, foi marcado por contradições e crises. Foi o século onde 187 milhões de pessoas foram sacrificadas por guerras, genocídios, epidemias e fome. O século onde a tecnologia e a ciência avançaram em saltos enormes. O século onde se consolidaram, embora parcialmente, os regimes democráticos e elaboramos a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O século onde se sistematizaram lutas, organizações, conceitos e avanços do feminismo, que, como corrente cultural inovadora, quebra princípios e valores milenares. Os direitos das mulheres se consolidaram na década de 90 a partir da Conferência Mundial, realizada na cidade do Cairo, em 1994, cujo tema, População e Desenvolvimento, foram reafirmados na Conferência Mundial da Mulher, em 1995, em Beijing, na China.

O Plano Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento baseia-se em 15 princípios, dentre os quais importaria destacar dois que são de grande ênfase à questão da mulher:

"A pedra angular dos programas de população e desenvolvimento é a promoção da equidade e da igualdade entre os sexos e a promoção dos direitos da mulher, assim como a eliminação de todo o tipo de violência contra a mulher, assegurando-se que seja ela quem controle sua própria fecundidade."

"Os direitos humanos da mulher e das meninas e adolescentes são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena participação da mulher, em condições de igualdade, na vida civil, cultural, econômica, política e social em

níveis nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação por motivo de sexo são objetivos prioritários da comunidade internacional."

No Brasil, chegamos ao fim do século com avanços, limites, ansiedades, expectativas e problemas "epidêmicos". Num contexto onde a globalização parece ser um polvo com mil tentáculos dos quais ninguém pode escapar, e o mercado é substituto da política, como refletir a mudança dos parâmetros, valores e rumos, de forma a gerar uma sociedade com parceria entre sexos sem a exclusão das mulheres?

Não será com cortes nas políticas sociais, com arrocho salarial, com o desemprego e uma inserção submissa na economia globalizada que chegaremos a esse patamar de igualdade entre homens e mulheres que tanto aspiramos.

O Orçamento da União para 1998 destinou recursos de R\$175,6 milhões para o Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher – PAISM, e, apesar de todos os compromissos assumidos em debates na Comissão de Seguridade Social e Família, que aprovou Emenda de Comissão para esse fim, apenas R\$138 milhões foram utilizados. No Orçamento de 1999, a guilhotina assassina do Governo FHC promoveu um corte de R\$127,9 milhões em relação ao ano anterior, que já era pouco significativo frente às necessidades das mulheres brasileiras. E, pasmem, até o momento, o Governo não executou um centavo sequer dos R\$47 milhões previstos no Orçamento deste ano para a saúde da mulher!

Quantas mulheres morrerão por falta de atendimento no pré-natal? Quantas mulheres morrerão pela simples falta de prevenção do câncer de mama e do colo uterino? De que serviram as campanhas milionárias que o Governo desenvolveu no ano passado e que mobilizou farta propaganda oficial em todos os meios de comunicação?

No panorama perverso do desemprego que afeta a todos os trabalhadores, a condição das mulheres é ainda mais agravada com as dificuldades de acesso à formação profissional e a necessária atualização (onde achar tempo e dinheiro para isso?) e a sobrecarga de duplas e triplas jornadas de trabalho.

O Congresso Nacional e a sociedade brasileira não têm enfrentado com a devida determinação, agressividade e competência a questão da diminuição gradativa dos investimentos nas áreas sociais e a questão da divisão desigual das responsabilidades familiares.

Devemos ter esperanças? Sim! Na garra, na rearticulação dos movimentos das mulheres, do movimento de defesa dos direitos humanos, do inconformismo e combate à política predatória e de submissão ao FMI na defesa dos interesses da soberania nacional.

É preciso formarmos uma corrente de resistência aos modelos culturais, sociais e econômicos, que são pautados pela exclusão e manutenção de preconceitos e discriminações contra as mulheres.

Nossa luta vai continuar. Precisamos manter a conquista da lei eleitoral de cotas para mulheres, que eleva o patamar para 30% de candidaturas femininas na próxima eleição municipal do ano 2000, e entrar firme no debate sobre a relação entre os sistemas eleitorais e o favorecimento das oportunidades às mulheres..

É necessário que os nossos partidos adotem políticas que possibilitem às mulheres terem acesso aos postos de direção partidária, assim como criar mecanismos que possibilitem viabilizar as candidaturas nas chapas que disputarão as próximas eleições para as Câmaras Municipais de todo o País, sem esquecer de cobrar do TSE e dos partidos o compromisso de dar visibilidade à questão da mulher no Parlamento, colocando a importância de uma representação mais democrática dos sexos do que a que conquistamos até agora.

O PAISM e todos os programas que visem atender à saúde das mulheres, esquecidos pelo Ministério da Saúde, e "assassinados" no Orçamento da União de 1999, devem encontrar na bancada feminina do Congresso Nacional, uma forte confiança de defesa e a luta pela sua imediata aplicação. Tenho a confiança de que a bancada feminina terá a sensibilidade e a determinação para não deixar as conquistas femininas caírem e retrocederem. Unidas alcançaremos novas fórmulas de avanço.

Assim, estaremos cumprindo o nosso papel. Assim, a bancada feminina no Congresso Nacional estará dando a sua contribuição à luta das mulheres por direitos iguais e plena cidadania.

Muito obrigada, companheiros e companheiras. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Na pessoa da nobre Senadora Marluce Pinto, cumprimento todas as colegas da Mesa, e na pessoa da proponente aqui do Senado, Senadora Emilia

Fernandes, cumprimento todos os colegas que se encontram no plenário da Casa.

Vou procurar ser breve, em função do adiantado da hora e até porque a forma de agir e pensar do feminino contempla aquele sentido valoroso da complementariedade. Tudo aquilo que foi dito vou assimilar a este meu rápido pronunciamento, como forma de não repetir aquilo que as colegas já disseram, com as quais concordo plenamente.

Como é um dia de luta, mas também um dia em que paramos para refletir sobre aquilo que fazemos, dizemos e sentimos, é fundamental que façamos uma rápida reflexão sobre o uso da palavra.

Nós, mulheres, falou alguém ainda há pouco, somos a metade da população e a mãe da outra metade. Mas não apenas a mãe da outra metade: somos também as esposas, as primas, as professoras e as irmãs da outra metade. Deveríamos ter um poder de influência muito grande, mas não bastam palavras: é preciso que encontremos a raiz dessa diferença que nos faz ficar aviltadas diante de uma cultura patriarcal que nos coloca numa condição de subalternas, de tuteladas, durante anos e anos, séculos e séculos. A partir do momento em que começamos a perceber essa perversidade da relação cultural com essa sua outra metade é que começamos a nos colocar como aquelas que são as agentes do nosso destino e do nosso futuro.

Para não repetir as palavras que foram ditas pelas minhas colegas, com as quais concordo, quero fazer aqui...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Marina, sempre que V. Ex^a usa o microfone, dois sentimentos me dominam: fico a apreciar a profundidade das suas palavras e outras vezes me emociono. E sabe V. Ex^a que estou proibido de me emocionar. Na minha vida como militar, de policial, uma profissão difícil, talvez tenha vivido com um pouco mais de profundidade do que alguns companheiros desta Casa. E, como tal, andei pelo norte do País, incluindo a terra de V. Ex^a, onde vi muitas coisas; por isso, cumprimento a Senadora Emilia Fernandes pela iniciativa desta homenagem. Recordo-me, Srs e Srs. Senadores e Deputados, de uma matéria do jornalista Gilberto Dimenstein contra a falta de dignidade do cidadão brasileiro – não apenas da mulher –, em que ele, tendo caminhado por aquelas terras longínquas da fronteira, na área dos garimpos, viu

meninas de 10, 12 anos que eram prostituídas, às vezes até por concessão dos seus pais. E nos dispusemos a fazer uma operação de envergadura em relação a coisas terríveis como essa exploração, feita por determinados elementos que, só pela ganância e pela ambição, controlavam bordéis, em que meninas eram exploradas, sem nenhum tipo de proteção ou assistência, por menor que fosse. E essas coisas ficam gravadas na nossa alma. E, hoje, vemos que esse crime organizado consegue se institucionalizar, a ponto de atingir uma mulher, única figura que pode gerar a vida, que é morta em razão da ambição daqueles que querem se manter na estrutura de poder. Talvez a morte de Ceci Cunha represente muito mais do que a morte de uma Deputada. É um libelo contra o crime organizado, que insiste em permanecer neste País, como se aqui não existisse autoridade. Penso que será um exemplo que não deverá acabar apenas na condenação do elemento responsável ou daqueles que participaram da sua morte, mas que o próprio Estado brasileiro se sinta ferido na sua dignidade e dê prosseguimento à apuração de todos os crimes que se praticam neste País, principalmente contra as mulheres, que são desprotegidas nos longínquos rincões da nossa Pátria. Obrigado, Senadora. Que Deus a mantenha nessa constante vontade de lutar e de viver! (Palmas.)

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Incorporo o aparte de V. Ex^a e agradeço a forma carinhosa com que se refere a minha pessoa.

Quero dizer que a violência que ceifou a vida da Deputada Ceci Cunha tem, com certeza, uma raiz mais profunda. A morte de uma mulher choca a todos nós, mas também a morte de milhares de crianças, mulheres e homens, pela mesma violência. E por que não dizer que estamos assistindo à morte daquela que pode nos dar a vida, que é a própria natureza?

Existe algo de errado nessa cultura que gera um tipo de monstremo. Hoje é uma dia para que possamos refletir sobre tudo isso. E tenho absoluta certeza de que as mulheres podem dar uma grande contribuição, até mesmo pelo brado de protesto que aqui fazemos, pela ausência da nossa companheira, de recolocarmos para a sociedade, para a cultura, para o processo civilizatório, que ele precisa ser complementado com a sua outra metade, ou seja, a visão do feminino, a forma feminina de agir e de pensar, de construir, sem necessariamente ter que desqualificar o interlocutor, sem necessariamente ter que destruir o diferente, mas relacionar-se com ele

para viver as possibilidades do consenso ou para superar as diferenças.

Essa é a forma em que acredito e pela qual as mulheres têm-se colocado na política, na cultura, na espiritualidade, enfim, nos mais diferentes segmentos em que estão começando a ocupar os seus espaços.

E concluo o meu pronunciamento, recitando duas pequenas poesias, uma que fiz rapidamente enquanto ouvia as colegas e uma outra que fiz há algum tempo quando estava num Encontro de Mulheres em Rondônia.

Nas cidades e nas vilas,
nos roçados e pelas matas,
vou cantar o meu passado,
meu presente e futuro.
Não quero mais ser a musa
de versos que não têm memória,
e muito menos a deusa
de um altar sem história.
Vou anunciar-me em sorriso,
fora ou no paraíso,
reavivando as lembranças
de forma muita sincera,
de que, com nossas sementes,
povoamos toda a terra.

A próxima poesia foi inspirada no sofrimento das mulheres da Amazônia, mas que reflete, do ponto de vista simbólico, toda a trajetória do feminino durante milhares e milhares de anos na sua passagem pelo planeta Terra.

"No sofrimento somos Maria,
Mãe de um Deus assassinado.
Marias sem alegria.

Dor sem futuro ou passado.
Na renúncia, somos Amélia,
de uma triste verdade.
Amélias sem sonho,
desejo ou vontade.

No preconceito, somos Madalena
nas praças apedrejada.
Madalenas: ao pecado
e à culpa predestinadas.

Só no amor temos os nomes
e as formas de nossa estima;
velha mãe, jovem formosa
e, eternamente, menina."

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra à nobre Deputada Luiza Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta, Senadora Marluce Pinto, queria pedir permissão a V. Exª e às demais mulheres da Mesa e do Plenário para começar saudando os poucos homens que estão aqui. (Palmas.)

E quero fazê-lo na figura extraordinária do Senador Roberto Saturnino, esse socialista que já provou o seu compromisso prático e concreto na luta pelos direitos humanos, pelos direitos sociais, e de quem tenho a honra e o privilégio de ser companheira de Partido. (Palmas.)

Começo saudando os homens, porque entendo que a presença deles aqui certamente significa que eles são nossos aliados e comprometidos com a nossa luta, com os nossos direitos nesta Casa, no Congresso e também na sociedade. Agradecemos aos homens pelas suas presenças e também pela sua aliança com a nossa luta e com as nossas bandeiras.

Serei muito breve, até porque quem fala por último tem uma vantagem e uma desvantagem. A vantagem é de já partir de um patamar de compreensão do tema que está sendo objeto da discussão e do debate. Tivemos aqui brilhantes contribuições das sucessivas companheiras que nos antecederam, o que nos dispensa certamente de retomar em termos de diagnóstico, de análise e compreensão da realidade perversa e dura que se abate sobre as mulheres no Brasil. Tenho a vantagem de poder acrescentar aquilo que possa, não diria completar, pelo menos dar o tom do que significa a nossa compreensão com relação a esse problema, que hoje é alvo desta sessão especial destinada a homenagear o "Dia Internacional da Mulher".

Pouco se falou aqui ou quase nada da trabalhadora rural. Se a situação da mulher da cidade, a operária das fábricas, do comércio, da indústria, é dura, perversa, injusta, em face dos efeitos perversos da política econômica que, teimosa, irresponsável e insensivelmente, esse Governo insiste em manter, imaginemos os efeitos dessa política sobre o cotidiano, sobre a vida da trabalhadora rural.

Lembramos desta tribuna, além da Ceci, de tantas outras mulheres que, na história, marcaram a sua presença na construção do nosso projeto de liberdade e de participação cidadã. Margarida Maria Alves, uma conterrânea paraibana, foi lembrada; símbolo, emblema e referência que nos inspira na caminhada longa que estamos percorrendo e que,

certamente, durará séculos até o dia em que nenhuma mulher seja desrespeitada em sua dignidade e em sua cidadania.

Quero fazer uma homenagem a Margarida Maria Alves na pessoa de uma outra trabalhadora rural, que temos o privilégio e a honra de ter entre nós, de forma muito discreta, muito modesta, como costuma ser o modo pelo qual se apresenta essa liderança sindical da luta pelo direito à terra, ao trabalho e à justiça no campo. Eu a escolho como a pessoa por meio da qual homenageio Margarida Alves. Por sinal, ela também é Alves: Diolinda Alves, que está aqui desde o início desta sessão. Quem não conhece Diolinda Alves, como líder do movimento dos sem-terra? Já foi presa e reprimida. Foi separada de seu filhinho, que tinha poucos meses de vida quando a mandaram para uma cadeia de São Paulo, porque ela, tanto quanto Margarida Alves, ousou e ousa organizar os trabalhadores e as trabalhadoras rurais a tomar consciência dos seus direitos e da sua força e a levá-las à luta em defesa desses direitos. Queremos, portanto, homenagear Margarida Maria Alves e as trabalhadoras rurais e dizer do nosso compromisso com os seus direitos na pessoa dessa mulher extraordinária, a companheira Diolinda Alves.

Eu dizia que há pouco a acrescentar ao que já foi dito em termos de diagnóstico e de análise. Não tenho muito ou quase nada a acrescentar à compreensão da realidade da mulher, ao problema do desemprego, dos efeitos perversos da política econômica sobre a mulher no mundo do trabalho e no seu cotidiano, mas senti falta e tenho necessidade de sugerir aos homens e mulheres que aqui se encontram que tracemos um plano de luta, ou seja, determinemos o que fazer. Não basta compreender, não basta analisar, não basta diagnosticar e não basta homenagear e celebrar mais um Dia Internacional da Mulher. É preciso sair desse ato com o compromisso concreto, prático, de fazer avançar a nossa luta na defesa dos nossos direitos e na ampliação desses direitos.

O Sr. Edison Lobão (PFL-MA) – V. Exª me permite um aparte?

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL-MA) – Deputada Luiza Erundina, esta comemoração que se faz todo ano até pode parecer uma afetação feminina. Não é. Ao longo dos séculos, os direitos da mulher têm sido negligenciados, afetados gravemente, têm sido relegados; a humanidade tem sido leniente com a preservação dos direitos fundamentais da mulher. Por

isso, penso que é muito mais um grito de alerta a presença das mulheres em todos os cenários nacionais nesta comemoração do que mesmo a presença a dizer que a mulher existe. Sabemos que esses direitos fundamentais têm sido prejudicados iterativamente. Mas é preciso que a humanidade tome consciência da importância e da presença da mulher em todo o cenário mundial. Fui Governador de Estado e tomei a decisão, antes até de assumir o meu mandato, de incluir mulheres no meu secretariado. Penso que fui até um pouco além: metade do meu secretariado era composto por mulheres. Devo dizer que não me arrependi disso, eram mulheres extremamente capazes e que me ajudaram a governar bem o Estado do Maranhão. Quero trazer a minha palavra, portanto, de solidariedade a todas as mulheres do Brasil e do mundo, aproveitando o discurso de V. Ex^a, que ocupou e ainda ocupa funções políticas tão relevantes, tão importantes: foi Prefeita de São Paulo, uma grande cidade com o terceiro orçamento da República; foi Deputada Estadual e Deputada Federal; foi Ministra de Estado. Portanto, representa muito bem a mulher em nosso País. Cumprimentos a V. Ex^a e a todas as mulheres do Brasil e do mundo.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP) –
Obrigada, Senador Edison Lobão. Incorporo a sua intervenção ao meu discurso.

Vossa Excelência tem toda a razão. Se a sociedade exclui a mulher, e se V. Ex^a, segundo está testemunhando, teve a sensibilidade de incorporá-la no espaço de poder conquistado no seu Estado, significa que V. Ex^a já entendeu que essa realidade perversa contra homens e mulheres nas sociedades brasileira e mundial se deve ao fato do limitado espaço de poder que a mulher ocupa na sociedade e no mundo. Evidentemente, isso não é responsabilidade e culpa dos homens, até porque não queremos que os homens nos dêem o poder de presente: temos que conquistá-lo pela nossa própria força, organização, determinação, vontade e competência política. Porque do homem não é exigido nada, sobretudo em espaços do poder. Encontra-se aqui a companheira Angéla Guadagnin, do PT, que foi também Prefeita de uma cidade importante do interior de São Paulo. Dela, tanto quanto de mim ou de outras que ocupam espaços de poder, normalmente ocupados pelos homens, cobra-se muito, exige-se muito. Isso nos impõe um enorme desafio; inclusive, temos que nos desafiar. Como ainda somos poucas ocupando espaços de poder, temos que ser as melhores ou, pelo menos, ter um desempenho igual ao dos homens, nesse espaço tão exigente.

A Sr^a Nair Xavier Lobo (PMDB-GO) – Deputada Luiza Erundina, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP) – Com toda certeza, concedo um aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Nair Xavier Lobo (PMDB-GO) – Apenas quero somar a minha voz à das oradoras que já se pronunciaram. Aproveitando a oportunidade, quero elogiar V. Ex^a por ser uma mulher de muita coragem, por ser uma mulher cujo exemplo leva tantas outras, motivando-as a participar ativamente dos problemas do seu País, a se posicionar e, com isso, a acrescentar à sociedade a voz feminina, a ação feminina e a fazer com que a sociedade ganhe. No mesmo tom do discurso de V. Ex^a, que parabenizo, e do de todas as oradoras que me antecederam, lembrei-me também de uma poesia rápida e curta que, agradecendo o aparte de V. Ex^a, quero dizer aqui para homenagear a coragem e para reverenciar o desafio que temos, na condição de mulheres, para avançar nas posições deste País.

Mulher, mostra o que és!

É chegado o momento.

A hora é agora.

Avança ou recua.

Tens a palavra, é a tua vez!

Revela a tua capacidade.

Mostra o que há em ti.

Dize o que tens a dizer!

Sai da sombra.

O tempo do aprendizado já passou.

A semeadura e a germinação passaram.

Vamos à colheita.

Exibe teu talento!

Mostra o que fazes dele.

Fale agora ou cala-te para sempre!

Esta é uma intimação solene, notável e impressionante, como o clarim do juízo final, que te grita:

Estás pronta!

Presta conta.

Presta conta dos teus anos, dos teus ócios, da tua força, da tua luta, do teu projeto para o teu mundo, mulher!

Chegou a hora dos bons obreiros, dos gênios, dos grandes corações.

Chegou a tua hora, mulher.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP) – Obrigada, Deputada Nair Xavier Lobo.

Eu queria chamar atenção, sobretudo dos homens que ainda permanecem aqui, para o que faz a

diferença da mulher e do homem na política. Duvido que qualquer homem, por mais sensível que seja, por mais feminista que seja, tenha a coragem de enfrentar a cultura machista de uma Casa como esta e de incluir na sua fala e nos seus discursos uma poesia, muito menos uma de sua autoria. Isso faz a diferença e tem que fazer. Temos que disputar o poder, conquistá-lo e exercê-lo de forma diferente, feminina, intuitiva, solidária, humana, diferente da maneira como o homem exerce o poder, até para que esse espaço se enriqueça e se humanize. Por isso, faz a diferença ver mulheres no espaço de poder compor poesia, enriquecendo a forma de fazer política.

A Sra. Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB-AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

A Sra. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

A Sra. Vanessa Grazziotin (Bloco/PC do B-AM) – Agradeço o aparte, Deputada Luiza Erundina. V. Ex^a muito nos orgulha de tê-la como Líder do Bloco Partidário composto pelo PC do B, Partido que represento, e pelo seu Partido, o PSB. É importante mostrar que as mulheres ocupam um espaço, ainda pequeno, não só no Parlamento Federal, mas também nas Lideranças partidárias. Destaco como a sua posição de Líder do nosso Bloco e a da Senadora Marina Silva, Líder do Bloco das Oposições no Senado, engrandecem e incentivam todas as mulheres a continuar lutando para que possamos ocupar aquele espaço que nos está reservado na sociedade. Quem sabe, algum dia, possamos chegar a ser metade do número de Parlamentares e, assim, representar, proporcionalmente, metade da população e metade dos eleitores. Quero também registrar a lembrança que teve V. Ex^a de saudar e homenagear Diolinda Alves, uma pessoa tão importante, que se faz presente nesta Casa desde a abertura dos trabalhos de hoje e que engrandece esta sessão, a qual não se destina apenas a comemorar o Dia Internacional da Mulher, mas a nos fazer refletir sobre as posições que ocupamos na sociedade. Em que pensem todos os avanços já alcançados, ainda somos discriminadas duplamente na sociedade: pela condição de classe e pela condição feminina. Quero parabenizá-la por essa saudação. Não tenho dúvidas de que será a nossa atuação e a nossa disposição, não só da bancada feminina, mas da bancada progressista do Congresso Nacional, ao lado dos movimentos organizados brasileiros, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que nos permitirão construir uma sociedade mais justa. Entendo que não basta fazer belos discursos: é preciso que a prática,

efetivamente, os reflita. Não podemos continuar, neste País, a fazer somente discursos, falando da recessão, do desemprego, da falta de assistência à saúde da mulher e de toda a nossa população. É preciso que algo mais seja feito, e temos esse poder. Nós, que estamos no Congresso Nacional, ao lado do movimento organizado, temos esse poder. Parabéns por sua intervenção, nobre Deputada, e principalmente por V. Ex^a dizer "é preciso que saímos daqui com propostas concretas", porque o povo brasileiro espera de nós, homens e mulheres, posições firmes, a fim de que mudemos essa realidade drástica do nosso País. Muito obrigada.

A Sra. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP) – Muito obrigada, Deputada Vanessa. Sem dúvida, significa uma mudança cultural, não só política, o fato de, numa bancada de dezesseis Deputados e uma única Deputada, esta ser escolhida para assumir a responsabilidade de dirigir e coordená-la, juntamente com outro Partido, composto por Deputados brilhantes e reconhecidamente destacados na sua atuação e na sua militância política na sociedade. Isso significa uma responsabilidade a mais para essa Deputada, que precisa corresponder à confiança e à expectativa tanto do PSB, quanto do PC do B, no cumprimento dessa tarefa que me foi confiada.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A Sra. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP) – Com todo prazer, ouço o aparte do Senador Eduardo Suplicy, com quem tenho tido a felicidade e o privilégio de conviver por décadas, um dos homens mais feministas que já conheci na minha trajetória política.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Quisera eu, Deputada Luiza Erundina, ter a capacidade de fazer poesias, como a Senadora Marina Silva e a Deputada Nair Lobo, para saudar a sua chegada ao Congresso Nacional, sobretudo neste momento em que saúda a mulher brasileira e as pessoas que tão bem têm honrado e dignificado essa batalha, como demonstra a sua homenagem a Margarida Alves e a Diolinda Alves, que tão bem representam o empenho das mulheres para que haja justiça na Terra, justiça entre todos os homens e mulheres que querem ter o direito de lavrar a terra e usufruir do cultivo e do seu trabalho. Quero, também, solidarizar-me com um dos primeiros atos de V. Ex^a no Congresso Nacional e expressar a minha incompreensão diante da decisão tomada naquele plenário. Quando V. Ex^a, tendo sido Prefeita da Cidade de São Paulo, propôs, em um ato mais que natural, fosse designada uma

comissão externa para estudar as soluções que poderiam ser adotadas mais rapidamente para acabar com o problema dramático das enchentes de São Paulo, eis que percebi esta notícia, até agora não compreendida. Que notícia? Que reações? Terão sido elas machistas? Terão sido elas de receio por V. Ex^a estar, até hoje, guindada à Liderança de dois Partidos extraordinários e fraternos na luta, como o são o PSB e o PCdoB? Por que razão negar-lheiam essa possibilidade, com todo seu histórico e experiência como prefeita, vereadora, deputada estadual, sempre, no dia-a-dia, ligada aos problemas sociais, aos movimentos das mulheres, movimentos de habitação e pelo direito à vida? Pois quero também expressar a minha solidariedade diante dessa decisão, se porventura machista inteiramente condenável e incompreensível, e dizer o quão disposto estou de permanecer ao seu lado, estudando os problemas da nossa cidade e os problemas brasileiros. Sou solidário a todas as mulheres, como a Senadora Emilia Fernandes, que propôs esta bonita homenagem ao Dia Internacional da Mulher, para continuar lutando ao seu lado. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP). – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy. Certamente, aquela iniciativa não tinha outro propósito a não ser levar a Câmara dos Deputados a se juntar às autoridades municipais e estaduais de São Paulo, às instituições sociais e ao povo sofrido dessa grande e generosa cidade, na tentativa de se encontrarem saídas, soluções e condições políticas para se começar a dar uma resposta efetiva a um problema crônico, mas que tem soluções técnicas. No entanto, falta vontade política dos três níveis de governo para encontrar uma solução, que não é só para São Paulo. A deseconomia que as sucessivas enchentes produzem na cidade de São Paulo se reflete na economia do País todo, porque interrompe o fluxo de mercadorias entre o Norte e o Sul, por meio das marginais que cortam essa cidade e esse Estado.

Também não compreendi, Senador, mas fiz algumas projeções do que poderia estar por trás daquela atitude: talvez a cultura política, dominante ainda em espaços de poder. Os homens, na sua maioria, não conseguem entender que uma iniciativa política esteja desprovida de qualquer outra intenção de ordem pessoal ou de disputa por espaço de poder.

O povo de São Paulo não entendeu: foram Deputados de São Paulo que negaram apoio àquela iniciativa. Mas, como entendemos que o avanço da democracia não se restringe, não se esgota nos es-

paços institucionais de poder, como os congressos, os espaços de governo, muito pelo contrário, esses espaços de poder se ampliam, se fortalecem na medida em que se complementam com a democracia direta da sociedade, interferindo, controlando, fiscalizando e participando das decisões políticas que lhe dizem respeito mais diretamente, não desistimos de levar os Deputados que queiram, os partidos que entendam que seja uma contribuição que cabe dar a São Paulo na busca de soluções para um problema tão grave, de mobilizar a sociedade paulista e paulistana, e já iniciamos esse esforço, já contatei Deputados que deram apoio à minha iniciativa. Convidamos, e tenho certeza de que V. Ex^a estará junto, para viabilizar que o instrumento legislativo possa ser facilitado. Mas isso não nos tira a vontade e a determinação de buscar na sociedade e exigir, inclusive, de seus representantes que tenham mais grandeza e percebam de forma mais solidária o que o povo quer e precisa, independente das divergências e disputas políticas.

A Sra. Maria Elvira (PMDB-MG) – V. Ex^a me permite um aparte, Deputada Luiza Erundina?

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP) – Com prazer, concedo um aparte à nobre Deputada.

A Sra. Maria Elvira (PMDB-MG) – Deputada Luiza Erundina, inicialmente quero somar-me às suas palavras, com as quais concordo totalmente, inclusive na análise que faz sobre espaços de poder e dos momentos ainda incompreensíveis que vivemos em razão de atitudes de companheiros nossos no Legislativo e no Executivo. A mulher caminha a passos largos, se Deus quiser, para ocupar cada dia mais espaços, com competência, eficiência, sensibilidade e emoção, inclusive com emoção para fazer poesias. V. Ex^a, Deputada Luiza Erundina, é um grande exemplo, como Prefeita de São Paulo, de uma belíssima atuação que, sem dúvida nenhuma, honrou a todas as mulheres. Neste momento, quero saudar a Mesa; a Senadora Emilia Fernandes, que liderou, neste ano de 1999, a condução das nossas comemorações no Congresso do Dia Internacional da Mulher. Quero saudar especialmente a Dr^a Rosiska, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, destacando aqui, com um voto de louvor, o trabalho que o Conselho e a sua equipe têm executado, apesar das grandes limitações que lá estão sedimentadas. Ressalto também a reunião que tivemos há poucos dias dentro Ministério da Justiça, que contou com praticamente toda a bancada feminina – uma bancada infelizmente diminuída nesta Legislação –, ao lado de V. S^a. Foi uma reunião que prome-

teu muito futuro para as nossas relações com o Conselho e para um trabalho profícuo. Saúdo, ainda, a família da Deputada Ceci Cunha, aqui representada pela sua irmã Cléia – cheguei agora, pois estava presidindo a reunião da Comissão de Educação. Falar de Ceci – creio que não preciso falar mais – não é apenas uma questão de justiça; mas queremos expressar a nossa saudade, o nosso carinho, o nosso apreço pela médica, pela mulher, pela política que ela foi. Estamos todas irmanadas nessa esperança de que realmente se faça justiça neste País, na apuração e punição dos responsáveis por esse crime que tanto enlutou a sociedade brasileira, mas que particularmente tocou o nosso coração por conhecermos a figura maravilhosa que foi Ceci Cunha. Para concluir, Deputada Luiza Erundina, quero dizer que gostei muito do poema da Deputada Nair Lobo; e gostaria de ter ouvido todo o poema da Senadora Marina Silva, pois há muito tempo tenho ouvido falar dessa sua qualidade, desse dom que Deus lhe deu, aliada à sua inteligência, de falar pelos versos. Para mim, é uma das coisas mais bonitas conquistadas pelo ser humano: o domínio da palavra, a poesia, o verso. Realmente, é algo maravilhoso e divino. Mas, quando a Deputada Nair Lobo falava da necessidade de a mulher mostrar a sua cara, de a mulher se colocar em todos os espaços, quero aqui defender que, a cada dia, tenhamos mais auto-estima. A mulher precisa ter cada vez mais conhecimento e certeza do que ela representa neste mundo de Deus, do que ela representa neste planeta Terra, não apenas como a mãe de todos, homens e mulheres, mas também por seu conjunto de características, e que é realmente o que faz a diferença. Estabelecemos diferenciais em todos os pontos da sociedade, em cada dia e em cada segundo da vida humana; precisamos usar esse potencial para, efetivamente, alavancarmos não só o desenvolvimento, mas o combate às injustiças, o combate à fome e à miséria e na construção de um país mais generoso com as mulheres, para todos os seus filhos e filhas. Muito obrigada.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP) – Obrigada a V. Ex^a, Deputada Maria Elvira.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB-RJ) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP) – Ouço o aparte do nobre Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB-RJ) – Nobre Deputada Luiza Erundina, eu não tinha a intenção de intervir nesta sessão, mas o chamamento que V. Ex^a me fez foi especialmente tocante para

mim e revelou a sua sensibilidade. Ao ressaltar a importância da minha presença, V. Ex^a quis homenagear os homens que aqui estavam presentes. Essa foi exatamente a minha intenção. Quis estar nesta sessão não para intervir, mas para trazer a minha presença e a minha atenção. Foi uma presença contínua, pois estive aqui durante quase toda a sessão, atento, escutando os pronunciamentos diversos que passaram por essas tribunas múltiplas, dada a importância do tema, dada a importância de uma sessão como esta. Parabenizo a Senadora Emilia Fernandes e à Deputada Jandira Feghali pela iniciativa, e a todas aquelas que aqui estiveram e participaram ativamente desta sessão. Uma sessão como esta não é apenas uma formalidade, é mais do que uma homenagem, aliás, homenagem justíssima à Deputada Ceci Cunha, uma homenagem justíssima à Líder Diolinda, uma homenagem justíssima à figura da mulher como um todo, mas sim um estímulo. Uma sessão como esta aumenta o estímulo para continuar a luta pela conquista da posição da mulher na sociedade, dos direitos que, efetivamente, a visão humanista requer e exige que a mulher tenha na sociedade. Estamos longe ainda, mas a luta continua. Cada sessão como esta é um impulso que recebemos para continuarmos nela. Parabéns. Cumprimento V. Ex^a, pelo seu pronunciamento brilhante, e a todas as mulheres que passaram por esta tribuna hoje. (Palmas.)

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP) – Obrigada.

A Sr^a Ângela Guadagnin (PT-SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Deputada Luiza Erundina?

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP) – Com muito prazer, concedo um aparte à nobre Deputada Ângela Guadagnin.

A Sr^a Ângela Guadagnin (PT-SP) – Deputada Luiza Erundina, antes de V. Ex^a concluir, gostaria de agradecer as palavras de V. Ex^a citando o meu nome e lembrando a poesia que a Senadora Marina Silva declamou, sobre as várias caras que a Maria tem. Desejo dar um testemunho sobre a nossa convivência quando V. Ex^a deixava a Prefeitura de São Paulo e eu assumia a Prefeitura de São José. Naquela época, V. Ex^a me aconselhou: "Ângela, querida menina – não sou tão menina assim, mas obrigada pelo menina –, quando você tiver uma decisão para tomar, e que fique entre o coração e a razão, siga o seu coração, que, com certeza, você vai tomar a decisão correta". Acredito que, durante os meus quatro anos de mandato, segui o conselho de

V. Ex^a, ou seja, sempre segui o coração, porque o coração fala pelo que o ser humano sente. E nem sempre a razão vê o lado humano do ser que está ao nosso lado. Muito obrigada pelo conselho. Parabenizo V. Ex^a pelos momentos que já estivemos juntas e pelo que agora se inicia, lutando por uma sociedade mais justa, companheiras e companheiros que ainda acreditam que é possível transformar esta sociedade. Um abraço carinhoso a V. Ex^a.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP) – Obrigada, Deputada Ângela Guadagnin. Também para mim é um estímulo estar aqui, novamente junto com V. Ex^a neste novo campo de batalha.

Sr^a Presidente, para concluir, não querendo mais aumentar o cansaço das pessoas que generosamente permanecem nos ouvindo aqui em Plenário, mas só para concretizar a minha proposta de ação concreta, não podemos sair daqui da mesma forma que chegamos. Temos que ir para as ruas, exigir, por exemplo, a devolução de um direito que acaba de nos ser tirado, que é o direito ao salário-maternidade, nos termos em que estava disposto na Constituição Federal de 1988. Foi reduzido o teto de responsabilidade da Previdência Social, o que é inconstitucional. O nosso Partido, o PSB, já encaminhou uma ação direta de inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal para que julgue a constitucionalidade ou não daquela medida. Não basta a decisão formal da interpretação do texto e da emenda constitucional. Precisamos ir para as ruas a fim de garantir a devolução desse direito e de outros que ainda estão preservados, para evitar a coragem – se é que se pode chamar de coragem – do Governo de tirar das mulheres essa conquista trabalhista importante. Que não ousem tirar outros direitos e outras conquistas que, a duras penas, nós mulheres, junto com os companheiros homens, conquistamos!

Temos que ir para as ruas também contra o desemprego. Lembro-me da luta histórica, sobretudo das mulheres da periferia de São Paulo, contra a castrista, na época da ditadura militar. Não era fácil ir para as ruas coletar assinaturas para exigir dos ditadores da época uma política que reduzisse o custo de vida e o preço dos produtos básicos das famílias pobres do nosso País. Aquele movimento foi épico: quatro mulheres carregavam um pacote de seis quilos de papel com assinaturas de brasileiras e brasileiros, paulistas ou não. Ao se aproximarem do Palácio do Planalto, o ditador da época chamou as Forças Armadas para cercar o palácio, porque se sentia muito ameaçado com aquela bomba de seis quilos e com que quatro mulheres ousaram enfrentar a repressão militar, exigindo um direito fundamental: condições de preço para os produtos básicos suportáveis para o salário e o bolso do trabalhador.

Vamos às ruas, então, enfrentar novamente não uma ditadura militar ou política, mas a atual ditadura econômica que este Governo está mantendo. O País está sob o peso de uma política econômica voltada para os interesses dos investidores e credores financeiros internacionais, em detrimento de programas, como o de erradicação do trabalho infantil, por exemplo, que sofreu cortes do Governo. Há crianças trabalhando nas carvoarias, nas olarias, no corte da cana, nos garimpos. E o governo teve a insensibilidade de cortar a metade desses recursos, inviabilizando este programa extremamente modesto e limitado cujo objetivo é tirá-las do trabalho escravo e colocá-las na escola. Temos que ir às ruas denunciar essas questões e exigir a volta desses direitos, ampliando-os. Somente com a nossa presença organizada, consciente e politizada nas ruas será possível alterar as regras e a lógica dominante na política brasileira atualmente.

Faço um apelo a todos nós para evitarmos inclusive que o Estatuto da Criança e do Adolescente também sofra retrocessos, como o que se tenta fazer ao se propor a redução da idade para se responsabilizar criminalmente as nossas crianças.

Enquanto em países socialistas, portanto humanistas, diminuem a idade do jovem adolescente para participar do processo político, no Brasil, diminui-se a idade para se responder criminalmente por desvios de comportamento, que são de responsabilidade de uma sociedade que não lhes assegura um espaço de segurança, de liberdade e de respeito humano. Isso explica a marginalidade e o agravamento das condições de violência que afetam de forma insuportável e absolutamente inaceitável as crianças, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Sr^s e Srs. Deputados, faço aqui um apelo para que passemos às ruas, junto com os Partidos e com as entidades da sociedade civil, para marcarmos as comemorações do Dia Internacional da Mulher este ano com um avanço na nossa luta concreta em defesa e ampliação dos direitos conquistados.

Muito obrigada a todos e um bom-dia. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – A nobre Deputada Luiza Erundina foi a última inscrita, fechando com chave de ouro esta sessão.

Que as palavras aqui manifestadas sejam escritas em nosso livro de cabeceira e diuturnamente

lidas e lembradas de forma que jamais desempunhemos essa bandeira. Que, além do nosso sagrado desempenho da maternidade, cumpramos também com o nosso papel grandioso como verdadeiras parteiras da história na edificação de um mundo melhor.

Para encerrarmos, convido a Senadora Emilia Fernandes para fazer a entrega do buquê de rosas brancas, que se encontra sobre a cadeira reservada à Deputada Ceci Cunha, à sua irmã, presente neste momento, a Sr^a Maria Cléia Santos de Oliveira, para que não só a sua família, mas toda a sociedade bra-

sileira tome conhecimento de que o Congresso Nacional está disposto a batalhar para que os culpados sejam punidos.

Obrigada a todos pela presença e convido-os para, às 14h, estarem no Salão Negro para mais uma solenidade em homenagem ao Dia International da Mulher.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 40 minutos.)



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** “O Atributo da Soberania”, de Heber Arbuet Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** “A Arbitragem nos Países do Mercosul”, de Adriana Noemi Pucci.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – PFL – BA

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado HERÁCLITO FORTES – PFL – PI

2º VICE-PRESIDENTE

Senador ADEMIR ANDRADE – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – PA

1º SECRETÁRIO

Deputado UBIRATAN AGUIAR – PSDB – CE

2º SECRETÁRIO

Senador CARLOS PATROCÍNIO – PFL – TO

3º SECRETÁRIO

Deputado JAQUES WAGNER – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – BA

4º SECRETÁRIO

Senador CASILDO MALDANER – PMDB – SC



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio à Prática dos Três Poderes, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576 7779. Fax: (61) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$ 15,00). Constituição de 1988 atualizada em 1995, comparada as Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam a criação deste dispositivo legal, tabela sequencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93, 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais. Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar.

Coleção Memória Brasileira

– A Constituinte perante a História (R\$ 8,00). História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– Teotônio Vilela (R\$ 10,00). Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– Volume 9 (R\$ 3,00) "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.
– Volume 10 (R\$ 3,00) "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.



Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei

Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias – Jún popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conceituação da amijudicidade para a compreensão da essência do crime.

Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos

Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro

Cármem Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante

Sérgio Sérvelo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal

Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.

Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.

Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis

Marcilio Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil

Jete Jane Fiorati – A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados

Silvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais

Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência

A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III

Fernando Braga – Conservadonismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político

Alvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irrationalidades e injundicidades

Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da imbutação na Constituição Federal de 1988

Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo Homicídio. Omissão de socorro

Paulo José Leite Farias – Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica

Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

Roberto Freitas Filho – A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

Nuria Belloso Martín – Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria

Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

Vitor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal

Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920 001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO

Nome:

Órgão:

Unidade:

Endereço:

CEP: Cidade: UF: País:

Fones: Fax:

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

~~PAGNA ORGANIC BIZBANCO~~